

RESULTADO DO TESOURO NACIONAL

MINISTRO DA FAZENDA

Pedro Sampaio Malan

SECRETÁRIO-EXECUTIVO

Amaury Guilherme Bier

SECRETÁRIO DO TESOURO NACIONAL

Fabio de Oliveira Barbosa

SECRETÁRIOS-ADJUNTOS

Almério Cançado de Amorim

Eduardo Refinetti Guardia

Renato Villela

Rubens Sardenberg

COORDENAÇÃO-GERAL DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS

Ana Teresa Holanda de Albuquerque

EQUIPE

Alex Pereira Benício

Cleber Ubiratan de Oliveira

Daniel Silva Balaban

José Cordeiro Neto

Lindemberg de Lima Bezerra

O RESULTADO DO TESOURO NACIONAL é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Distribuição:

(061) 412-3970/3971

Informações:

Tel: (061) 412-2203

Fax: (061) 412-1700

Correio Eletrônico: stn@fazenda.gov.br

Home Page: <http://www.stn.fazenda.gov.br>

Ministério da Fazenda
Esplanada dos Ministérios, bloco "P", 2º andar
70.048-902 - Brasília-DF

Para assegurar a tempestividade e atualidade do texto, a revisão desta publicação é necessariamente rápida, razão pela qual podem subsistir eventuais erros.

ISSN

Referência bibliográfica

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. Resultado do Tesouro Nacional, Brasília, vol. 6 – nº 6, junho de 2000. Mensal. Gratuita.

Resultado do Tesouro Nacional. 1/Ministério da Fazenda, Secretaria do Tesouro Nacional, Brasília: STN, junho, 2000, vol. 6, nº 6.

Título varia: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional
ISSN

1.Execução financeira 2. Operação de crédito 3. Financiamento 4. Dívida mobiliária interna
I. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional II. Título

RESULTADO FISCAL DO GOVERNO CENTRAL

O Governo Central atingiu superávit primário de R\$ 1,5 bilhão no mês de junho. Desse montante, o Tesouro Nacional contribuiu com resultado positivo de R\$ 2,2 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) e o Banco Central apresentaram déficits de R\$ 663,7 milhões e R\$ 52,6 milhões, respectivamente. No primeiro semestre desse ano o Governo Central acumula superávit primário de R\$ 15,1 bilhões, contra R\$ 12,6 bilhões obtidos em igual período de 1999.

Em junho, o superávit primário do Governo Central foi de R\$ 1,5 bilhão.

TABELA 1
RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL
BRASIL, 1999-2000

DISCRIMINAÇÃO DO RESULTADO	R\$ Milhões			
	Mai 2000	Jun 2000	Jan-Jun 1999 2000	
I. RECEITA TOTAL	19.156,5	18.198,5	99.916,0	112.316,9
I.1. Receitas do Tesouro	14.811,1	13.805,4	77.527,0	87.077,1
I.1.1 Receita Bruta	15.063,1	14.985,3	79.313,6	89.924,1
I.1.2. (-) Restituições	(179,0)	(1.127,2)	(1.350,2)	(2.329,5)
I.1.5. (-) Incentivos Fiscais	(72,9)	(52,6)	(436,4)	(517,5)
I.2. Receitas da Previdência Social	4.345,4	4.393,0	22.389,0	25.239,7
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	3.381,7	2.977,5	17.494,6	19.725,1
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.774,8	15.220,9	82.421,4	92.591,7
IV. DESPESA TOTAL	12.980,1	13.704,7	69.476,6	77.157,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.191,3	4.552,9	22.990,7	26.681,1
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.995,4	5.056,7	26.079,5	28.975,7
IV.3. Custeio e Capital	3.793,4	4.095,1	20.406,4	21.500,9
IV.3.1. Despesas do FAT	653,7	525,4	2.629,3	2.818,9
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	217,7	73,5	979,2	849,3
IV.3.3. Outras Despesas	2.922,0	3.496,2	16.798,0	17.832,7
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	2.794,7	1.516,2	12.944,8	15.434,0
V.1. Tesouro Nacional	3.444,8	2.179,9	16.635,2	19.170,0
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(650,1)	(663,7)	(3.690,4)	(3.736,0)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(68,4)	(52,6)	(300,1)	(316,3)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	2.726,3	1.463,6	12.644,7	15.117,8
VIII. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB			2,63%	2,65%

(*) Dados revistos, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

PRINCIPAIS VARIAÇÕES	
Acumulado: Jun2000/Jun1999	
Receitas	12,4%
Tesouro	12,3%
Previdência	12,7%
Transferências	12,7%
Receita Líquida	12,3%
Despesas	11,1%
Benefícios	11,1%
Pessoal	16,1%
Custeio e Capital	5,4%

O resultado acumulado do Governo Central foi equivalente a 2,7% do PIB estimado para o período, ligeiramente superior ao nível do primeiro semestre de 1999. Tal comportamento decorreu de uma redução na despesa equivalente a 0,9 ponto percentual do PIB, em particular no item “custeio e capital”, devido ao esforço de contenção de gastos pelo Tesouro Nacional. Por outro lado, também houve uma redução de 0,9 ponto percentual na receita líquida, em função de receitas extraordinárias registradas em 1999, sobretudo as decorrentes da antecipação de parcelas de receitas de concessão do sistema Telebras (efetuadas em março e junho), sem correspondentes no primeiro semestre de 2000. Além

RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL		
Acumulado Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receita Total	20,8%	19,7%
Transferências	3,6%	3,5%
Receita Líquida	17,1%	16,2%
Despesa Total	14,4%	13,5%
Resultado Primário	2,6%	2,6%

disso, destaca-se que nos seis primeiros meses de 2000 também não foram registradas receitas da conta petróleo, ao passo que no mesmo período do ano anterior, essa receita havia atingido R\$ 1,6 bilhão.

**RESULTADO DO GOVERNO CENTRAL
Acumulado Jan-Jun (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Tesouro Nacional	3,5%	3,4%
Previdência Social	-0,8%	-0,7%
Banco Central	-0,1%	-0,1%
Governo Central	2,6%	2,6%

Relativamente à Previdência Social (RGPS), o déficit acumulado no ano reduziu-se em 0,1 ponto percentual do PIB, quando comparado ao primeiro semestre de 1999. O incremento das receitas líquidas em R\$ 2,9 bilhões foi o principal determinante desse comportamento, tendo contribuído para esse acréscimo: as receitas do Simples, os depósitos judiciais, os ganhos decorrentes da sub-rogação de serviços e, principalmente, a melhora significativa na arrecadação corrente, refletindo o êxito das ações voltadas para a recuperação de receitas com contribuição.

Tesouro Nacional

O superávit primário do Tesouro Nacional acumulado no primeiro semestre de 2000 foi de R\$ 19,2 bilhões, valor equivalente a 3,4% do PIB.

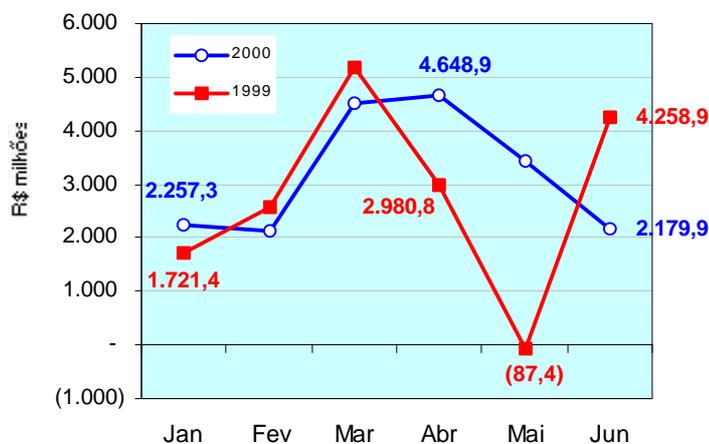
O resultado primário do Tesouro Nacional foi superavitário em R\$ 19,2 bilhões no primeiro semestre de 2000, contra R\$ 16,6 bilhões obtidos em igual período de 1999. Em relação ao PIB, houve ligeira redução de 0,1 ponto percentual, tendo passado de 3,5% naquele ano, para 3,4% em 2000. Do lado das despesas, registra-se a redução de 0,6 ponto percentual, com destaque para o item "custeio e capital"; as transferências a estados e municípios caíram o equivalente a 0,1 ponto percentual; e as receitas foram 0,8 ponto percentual menores, devido à ocorrência de recolhimentos extraordinários em 1999, sem correspondência este ano.

**RESULTADO DO TESOURO NACIONAL
Acumulado Jan-Jun (% PIB)**

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Receitas do Tesouro (*)	16,1%	15,3%
Transferências	3,6%	3,5%
Despesas do Tesouro	9,0%	8,4%
Resultado Primário	3,5%	3,4%

(*) Líquidas de restituições e incentivos fiscais

Superávit do Tesouro Nacional
Brasil, 1999/2000



As transferências a estados e municípios foram de aproximadamente 3,5% do PIB no primeiro semestre do ano, 0,1 ponto percentual abaixo do registrado em igual período de 1999. Vale lembrar, naquele ano houve arrecadação extraordinária de alguns tributos, sobretudo do IRPJ e do imposto de renda sobre aplicações em fundo de renda fixa, o que contribuiu para aumento das transferências constitucionais vinculadas. Este ano, embora o desempenho da receita do último decêndio de dezembro de 1999 e o recolhimento de depósitos judiciais e administrativos extras em março tenham afetado positivamente as transferências no primeiro semestre, não foram suficientes para manter, em proporção do PIB, o mesmo repasse de 1999.

Quanto aos repasses a estados e municípios decorrentes da Lei Complementar nº 87/96, a redução foi de R\$ 379,9 milhões em termos nominais, ou cerca de 0,1 ponto percentual quando em proporção do PIB. Essa diminuição está associada às transferências extraordinárias ocorridas entre janeiro e março de 1999, reflexo da alteração na metodologia de cálculo dos repasses, e de recursos adicionais autorizados pela Portaria Interministerial nº 340/98, sem correspondência este ano.

Por outro lado, as demais transferências atingiram R\$ 2,3 bilhões no primeiro semestre do ano, o que contribuiu para um crescimento equivalente a 0,2 ponto percentual do PIB, quando comparado ao mesmo período de 1999. Merece registro o pagamento de R\$ 854,1 milhões em *royalties* da Petrobras (conforme disposto na Lei nº 9.478/97), sem correspondência naquele ano. As transferências vinculadas à contribuição ao salário-educação apresentaram incremento nominal de R\$ 137,8 milhões, principalmente devido ao recolhimento dos recursos referentes ao décimo-terceiro salário de 1999 ter ocorrido em janeiro deste ano, e não no próprio mês de dezembro, como nos anos anteriores.

Em junho, a receita bruta do Tesouro Nacional foi de R\$ 15,0 bilhões, pouco abaixo da arrecadação de R\$ 15,1 bilhões obtida no mês de maio. O aspecto positivo do mês foi o ingresso atípico de depósitos judiciais e a cobrança de dívida ativa da União, no total de R\$ 890,0 milhões, elevando a receita com IRRF-outras rendimentos (R\$ 482,0 milhões), PIS/Pasep (R\$ 322,0 milhões) e IOF (R\$ 86,0 milhões).

Por outro lado, houve redução na arrecadação do IRRF, no IOF e na CPMF, em função do mês de junho ter quatro semanas de fato gerador, contra cinco semanas em maio. Destaca-se, no caso da CPMF, a redução da alíquota de 0,38% para 0,30%, a partir do dia 17 de junho, também contribuindo para

Transferências a estados e municípios

TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Acumulado Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Constitucionais	3,0%	2,8%
Desoneração do ICMS	0,4%	0,3%
Demais	0,2%	0,4%
Total	3,6%	3,5%

DEMAIS TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS Acumulado Jan-Jun		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Salário-Educação	731,3	869,1
Royalties Lei 9478	-	854,1
Fundef	216,4	250,7
Outras	171,4	288,4
Total	1.119,1	2.262,4

Receitas do Tesouro em relação ao mês anterior

redução na arrecadação do mês. Adicionalmente, a receita com concessões de serviços foi de apenas R\$ 169,1 milhões em junho, ao passo que em maio havia sido de R\$ 872,3 milhões.

Somam-se a esses fatores as restituições da Receita Federal no montante de R\$ 1,1 bilhão, em sua maior parte decorrente do primeiro lote de restituições do IRPF, também contribuindo para redução das receitas do Tesouro no mês. De fato, enquanto em maio essas receitas haviam sido de R\$ 14,8 bilhões, em junho, excluindo o valor das restituições, totalizaram R\$ 13,8 bilhões, 6,8% abaixo do que no mês anterior.

As receitas decorrentes do parcelamento de débitos previstos no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) foram de R\$ 106,6 milhões no mês, contra R\$ 101,5 milhões registrados em maio, totalizando, com isso, R\$ 328,7 milhões no ano¹. Tal arrecadação refere-se ao pagamento das parcelas previstas dos termos de opção, tanto relativas ao parcelamento vinculado quanto ao parcelamento alternativo. O número de optantes atingiu 87,4 mil termos até o mês em análise, tendo crescido em relação ao mês anterior com a inclusão de empresas que fizeram a opção dentro do prazo, mas que, devido a alterações cadastrais, foram incluídas no Programa em junho.

No semestre, a receita bruta do Tesouro Nacional atingiu o montante de R\$ 89,9 bilhões, superando em 13,4% a receita obtida em igual período de 1999. Como proporção do PIB, no entanto, houve redução na arrecadação de aproximadamente 0,7 ponto percentual, decorrente de fatores atípicos que contribuíram para elevação da arrecadação de 1999, sem paralelo este ano. Em particular, a redução foi maior no grupo de impostos (IR, IPI, etc.), com variação negativa de 1,2 ponto percentual do PIB.

Por outro lado, as contribuições sociais afetaram positivamente a arrecadação do primeiro semestre de 2000, com variação positiva de 1,4 ponto percentual do PIB. A esse desempenho estão associados os seguintes fatores: i) reintrodução da cobrança da CPMF, com alíquota de 0,38%, a partir de 17/06/99, gerando receita de R\$ 7,4 bilhões em 2000, contra R\$ 944,3 milhões no primeiro semestre de 1999; e ii) elevação da alíquota da Cofins de 2% para 3%, com obrigatoriedade do pagamento desta pelas instituições financeiras, cuja receita atingiu, no total, R\$ 18,4 bilhões nos seis primeiros meses do ano, contra R\$ 13,1 bilhões em igual período de 1999.

¹ Dos R\$ 328,7 milhões ingressados na conta única do Tesouro Nacional por conta do Refis, uma parcela ainda não identificada refere-se ao Simples, de competência da Previdência Social. Até junho, o Tesouro transferiu R\$ 56,1 milhões para a conta do INSS a título de adiantamento. Para fins do Resultado Fiscal, no entanto, está-se considerando temporariamente o valor do Refis integralmente no item "demais receitas" do Tesouro Nacional.

Receitas do Tesouro em relação ao ano anterior

RECEITAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Impostos	8,5%	7,3%
Imposto de Renda	5,5%	4,9%
IPI	1,6%	1,5%
Outros	1,4%	0,9%
Contribuições Sociais	5,5%	6,9%
Cofins	2,7%	3,2%
CPMF	0,2%	1,3%
CSLL	0,8%	0,8%
Outras	1,7%	1,5%
Demais	2,6%	1,6%
Conta Petróleo	0,3%	0,0%
Dividendos da União	0,2%	0,2%
Concessões	1,3%	0,3%
Outras	0,8%	1,0%
Total Bruto	16,5%	15,8%

Da mesma forma, a arrecadação de depósitos judiciais e administrativos afetou positivamente a receita do semestre, com o recolhimento total de R\$ 3,2 bilhões, contra R\$ 877,7 milhões do primeiro semestre de 1999. Destaque para os meses de março e junho deste ano, quando ingressaram nos cofres da União R\$ 1,7 bilhão e R\$ 596,5 milhões, respectivamente, referentes a tributos diversos administrados pela Receita Federal (CSLL, IRPJ, PIS/Pasep, IRRF, etc.).

As demais receitas do Tesouro Nacional, por fim, tiveram redução de R\$ 3,4 bilhões no semestre, passando de aproximadamente 2,6% do PIB em 1999, para aproximadamente 1,6% este ano. Dentre os fatores que contribuíram para essa redução, destacam-se: i) o pagamento de concessões de serviços, somando R\$ 6,2 bilhões em 1999, contra R\$ 1,7 bilhão este ano; e ii) a ausência de superávits da conta petróleo em 2000, contra R\$ 1,6 bilhão computado nos primeiros seis meses do ano passado.

Por outro lado, houve crescimento de R\$ 585,6 milhões na arrecadação de dividendos da União, ainda que em proporção do PIB essa receita tenha permanecido em torno de 0,2 ponto percentual. E no item "outras receitas", houve crescimento de R\$ 2,2 bilhões, com destaque para as receitas paraíscais e taxas diversas vinculadas a órgãos da administração direta e indireta (R\$ 507,2 milhões); e o recolhimento de *Royalties* pela Petrobras e por Itaipu binacional (R\$ 1,0 bilhão e R\$ 173,7 milhões, respectivamente), sem correspondência no primeiro semestre de 1999.



DEMAIS RECEITAS DO TESOURO
Acumulado Jan-Jun

DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Demais	12.402,9	9.014,2
Conta Petróleo	1.635,5	-
Dividendos da União	775,2	1.353,4
Concessões	6.187,5	1.694,3
Outras	3.804,7	5.966,4

Boxe 1 - Receitas de *Royalties* da Petrobras (Lei 9.478/97)

Por meio da Lei nº 9.478/97, foi alterada a sistemática de transferência das receitas com compensação financeira devida aos estados, DF e municípios, decorrente da cobrança de *royalties* pela exploração de petróleo ou gás natural em razão dos prejuízos ambientais causados pela atividade econômica. Tal compensação corresponde ao percentual de 5%, devida pela Petrobras e suas subsidiárias, assim como de empresas concessionárias que assinaram contratos para exploração de petróleo e gás natural. O percentual incide sobre o valor do óleo bruto, do xisto betuminoso e do gás natural, e é recolhido mensalmente à conta única do Tesouro Nacional, sendo, a partir daí, repassado aos beneficiários.

No mês de junho, as despesas do Tesouro Nacional atingiram o montante de R\$ 8,6 bilhões, apresentando elevação de 8,3% em relação ao mês anterior, o equivalente a um acréscimo de R\$ 663,3 milhões. A maior parte refere-se à folha salarial do funcionalismo público que elevou-se R\$ 361,6 milhões, explicado pelo efeito no caixa da União do pagamento da terceira parcela do percentual de 28,86%, devido aos servidores do Poder Executivo. Houve também, pagamento da primeira parcela do 13º salário do funcionalismo dos Poderes Legislativo e Judiciário.

**Despesas do
Tesouro em relação
ao mês anterior**

Em junho, a folha do funcionalismo aumentou 8,6%, em relação a maio, devido ao 13º salário do Legislativo e Judiciário e à terceira parcela dos 28,86%.

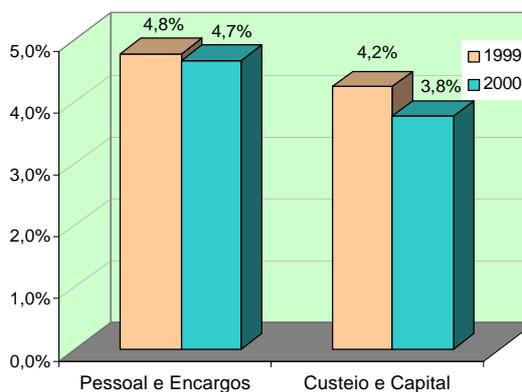
Relativamente às despesas com custeio e capital, verificou-se aumento de 8,0%, correspondente a um acréscimo de R\$ 301,7 milhões, pelo fato de terem sido liberados recursos de custeio referentes aos primeiros meses desse ano que estavam acumulados. Em contrapartida, houve diminuição nas despesas do FAT com pagamento do seguro desemprego. Em junho, foram liberados recursos da ordem de R\$ 337,6 milhões para o pagamento desse benefício, contra R\$ 604,5 milhões relativos ao mês anterior.

No que concerne aos gastos com subsídios e subvenções econômicas, houve redução de R\$ 144,2 milhões em relação a maio, sendo R\$ 88,8 milhões nas despesas com os fundos regionais e R\$ 55,4 milhões com equalizações de taxas de financiamentos aos agricultores e aos exportadores. Em junho foram gastos com o Programa das Operações Oficiais de Crédito o montante de R\$ 63,1 milhões, dos quais R\$ 26,6 milhões destinados às exportações e R\$ 36,5 milhões à agricultura.

Despesas do Tesouro em relação ao ano anterior

As despesas do Tesouro diminuíram 0,6 ponto percentual do PIB no primeiro semestre de 2000 comparativamente a igual período de 1999. A maior redução foi verificada nas despesas de custeio e capital, as quais passaram de 4,2% do PIB para 3,8% no período. As despesas com pessoal e encargos sociais da União, por sua vez, também apresentaram redução em proporção do PIB (0,1 ponto percentual), mas cresceram 16,1% em termos nominais.

Despesas do Tesouro Nacional
(acumulado até junho, em % do PIB)



De janeiro a junho de 2000, as despesas de custeio e capital reduziram-se em 0,4 ponto percentual do PIB.

DESPESAS DO TESOURO NACIONAL Acumulado Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Pessoal e Encargos	4,8%	4,7%
Custeio e Capital	4,2%	3,8%
Despesas do FAT	0,5%	0,5%
Subsídios e Subvenções	0,2%	0,1%
Outras	3,5%	3,1%

A variação nas despesas de pessoal da União tem refletido a política salarial desenvolvida pelo governo em conceder reajustes diferenciados e não linearmente para todo o funcionalismo público. Dessa forma, ao longo de 1999 e 2000 foram promovidos realinhamentos salariais e reestruturação de algumas

carreiras, consideradas estratégicas para o setor público, tais como: fiscalização, ciência e tecnologia, procuradores, militares e outras do Poder Judiciário. Além disso, em janeiro e junho desse ano foram pagas a segunda e terceira parcelas do percentual de 28,86% devido aos servidores do Poder Executivo.

Os gastos do Tesouro com subvenções econômicas aos fundos regionais e subsídios à agricultura e às exportações diminuíram 13,3%, comparativamente a 1999. A maior queda foi verificada nas despesas com subsídios aos exportadores no âmbito do Proex, que passaram de R\$ 403,5 milhões, em 1999, para R\$ 292,9 milhões, em 2000. Tal redução decorre da mudança na sistemática para emissão de títulos para financiamento daquele programa, implementada pela MP nº 1.974/2000.

O Regime Geral da Previdência Social (RGPS) apresentou déficit de R\$ 663,7 milhões no mês de junho, permanecendo praticamente no mesmo patamar de maio, quando o resultado foi deficitário em R\$ 650,1 milhões.

Seguindo tendência dos meses anteriores, a arrecadação líquida apresentou ligeiro incremento, atingindo R\$ 4,4 bilhões no mês em análise. À semelhança de maio, as receitas correntes (contribuições previdenciárias) continuaram apresentando trajetória crescente. Contribuíram para crescimento da arrecadação os seguintes fatores: i) a regularização das contribuições dos municípios que aderiram à MP nº 2.043/00; ii) a eliminação do desconto do valor do salário-maternidade da contribuição patronal, uma vez que os mesmos passaram a ser concedidos e pagos pelo INSS; e iii) o incremento nas receitas decorrentes de ganhos de causa na Justiça do Trabalho e sub-rogação de serviços mediante cessão de mão-de-obra.

A despesa com benefícios previdenciários totalizou R\$ 5,1 bilhões em junho, apresentando um crescimento de 1,2% em relação ao mês anterior. Ressalte-se que o valor médio dos benefícios permaneceu no mesmo patamar do mês anterior, cujo valor reflete o reajuste do salário mínimo ocorrido em abril.

No semestre, o RGPS registrou déficit de R\$ 3,7 bilhões, equivalente a 0,7% do PIB. Em relação a igual período de 1999, o déficit foi inferior em 0,1 ponto percentual, embora tenha se mantido no mesmo patamar de R\$ 3,7 bilhões. A arrecadação líquida atingiu R\$ 25,2 bilhões, 0,3 ponto percentual inferior à do mesmo período do ano passado. Em termos nominais a arrecadação cresceu 12,7%. Contribuíram para esse crescimento: R\$ 2,7 bilhões nas contribuições; R\$ 220,7 milhões na arrecadação das empresas optantes pelo Simples; R\$ 43,9

OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO Acumulado Jan-Jun		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Agricultura	234,5	234,4
Custeio Agropecuário	102,7	68,9
Investimento Rural	1,3	6,4
Preços Agrícolas	(6,5)	7,3
- EGF	6,5	1,8
- AGF	(26,9)	4,5
- Sustentação de preços	13,9	1,0
Pronaf	137,0	151,7
Securitização (Lei 9138)	-	-
Exportação	403,5	292,9
Proex	403,5	292,9
Total	638,0	527,2

Previdência Social

O déficit da Previdência Social (RGPS) em junho foi de R\$ 663,7 milhões.

Benefícios	2000		
	Abr	Mai	%
Quantidade*	19,1	19,1	0,3%
Valor Médio**	263,5	263,7	0,1%

(*) Em Milhões
(**) Em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

RESULTADO DA PREVIDÊNCIA Acumulado Jan-Jun (% PIB)		
DISCRIMINAÇÃO	1999	2000
Contribuição	4,7%	4,4%
Benefícios	5,4%	5,1%
Resultado Primário	-0,8%	-0,7%

Boxe 2 – Reajuste dos Benefícios da Previdência Social

A MP 2.043/2000 estabeleceu o percentual de 5,81% para o reajuste dos benefícios previdenciários a partir de 1º de junho, com impacto no caixa do INSS a partir de julho. Com esse reajuste, o valor máximo do benefício pago pelo INSS passou de R\$ 1.255,32 para R\$ 1.328,25.

A Portaria MPAS 6.211/2000 reajustou as tabelas de contribuição para os segurados com carteira assinada, inclusive as domésticas, e para os contribuintes individuais e facultativos.

milhões nas receitas decorrentes de CDP-INSS; e R\$ 217,9 milhões por conta dos depósitos judiciais e administrativos.

**RESULTADO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL
Brasil, 1999-2000**

DISCRIMINAÇÃO	Mai	Jun	Jan-Jun	
	2000	2000	1999	2000
Arrecadação Líquida	4.345,4	4.393,0	22.389,0	25.239,7
Arrecadação Bruta	4.683,2	4.710,0	24.095,7	27.304,3
- Contribuição Previdenciária	4.393,7	4.474,8	22.927,6	25.605,9
- Simples	151,3	166,6	700,9	921,6
- CDP	80,1	13,4	110,8	154,7
- Depósitos Judiciais	49,7	47,1	309,7	527,6
- Outras Receitas	8,6	8,0	46,8	94,4
(-) Restituição/Devolução	(15,4)	(13,8)	(26,6)	(82,5)
(-) Transferências a Terceiros	(322,5)	(303,2)	(1.680,0)	(1.982,1)
Benefícios Previdenciários	4.995,4	5.056,7	26.079,5	28.975,7
Resultado Primário	(650,1)	(663,7)	(3.690,4)	(3.736,0)

Benefícios	Dez/1998- Mai/1999	Dez/1999- Mai/2000	%
Quantidade*	18,3	19,0	3,7%
Valor Médio**	239,9	256,4	6,9%

(*) média em milhões

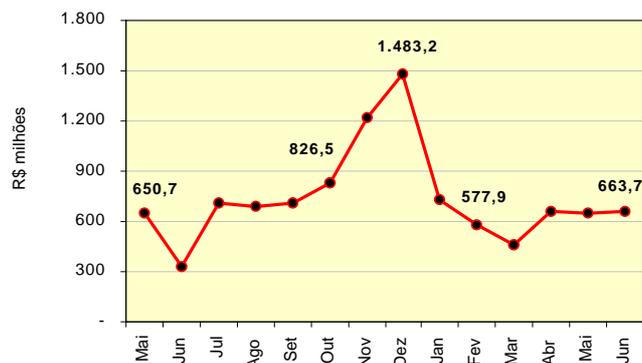
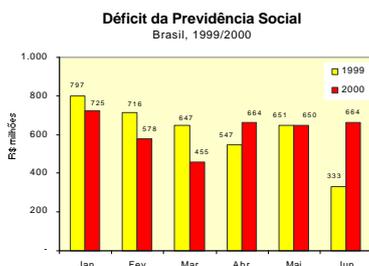
(**) média em R\$ 1,00, exclusive 13º salário.

Os benefícios previdenciários, por sua vez, atingiram R\$ 29,0 bilhões no primeiro semestre deste ano, contra R\$ 26,1 bilhões em idêntico período de 1999. O aumento de 11,1% está associado basicamente ao crescimento no valor médio e na quantidade dos benefícios pagos, conforme apresentado na tabela ao lado. Registra-se, no caso do valor médio, que o reajuste do salário mínimo este ano ocorreu no mês de abril (impacto no caixa a partir de maio), ao passo que, em 1999, o reajuste ocorreu no mês de competência maio (impacto a partir de junho daquele ano). E em relação à quantidade de benefícios, destaca-se que as aposentadorias por tempo de contribuição apresentaram redução no número médio de concessões, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 20.

Em proporção do PIB, no entanto, as despesas com benefícios apresentaram redução de aproximadamente 0,3 ponto percentual.

Déficit da Previdência Social

Brasil, 1999/2000



DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL

Ao final do primeiro semestre do ano, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado totalizou R\$ 224,6 bilhões, correspondendo a 20,4% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Este saldo é R\$ 698,7 milhões inferior ao registrado no mês de maio, o que representou uma redução de 0,4 ponto percentual do PIB.

Com relação à dívida interna, a dívida mobiliária cresceu R\$ 5,1 bilhões e a dívida securitizada aumentou em R\$ 127,5 milhões, devido à apropriação de juros e encargos ao seus saldos. Tais crescimentos foram compensados em parte pelo aumento dos haveres contratuais da STN e dos fundos, autarquias e fundações em R\$ 2,2 bilhões e R\$ 1,1 bilhão, respectivamente. Esses haveres financeiros cresceram em função dos refinanciamentos de dívidas estaduais e municipais e, adicionalmente, pela maior variação de seu principal indexador (IGP-DI) no mês em questão. Com relação à dívida externa, a queda em seu saldo em reais é devida à menor taxa de câmbio observada ao final de junho em relação a maio.

A tabela 2 apresenta a composição da dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do mercado nos últimos três meses.

TABELA 2
DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO
BRASIL, 2000

(R\$ milhões)

	2000		
	Abr	Mai	Jun
I. DÍVIDA INTERNA	104.271	98.240	100.186
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	373.303	385.053	390.144
Dívida Securitizada	31.613	31.605	31.733
Dívida Contratual da STN	-233.621	-248.779	-250.968
Dívida Refinanciada de Estados e Municípios	-200.224	-214.204	-216.674
Demais Dívida Contratuais	-33.397	-34.574	-34.294
Dívida Contratual de Fundos, Autarquias e Fundações	-67.025	-69.640	-70.723
Fat	-47.039	-49.001	-49.548
Demais Entidades	-19.985	-20.639	-21.176
II. DÍVIDA EXTERNA	125.509	127.066	124.421
Dívida Mobiliária em Mercado - DPMF	96.043	97.257	94.501
Títulos Depositados em Garantia	-4.516	-4.506	-4.504
Dívida Contratual	34.724	35.073	35.291
Disponibilidades	-742	-758	-866
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	229.780	225.306	224.607
IV. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL/PIB	21,5%	20,8%	20,4%

Em junho, o saldo da dívida líquida do Tesouro Nacional reduziu-se em 0,4 ponto percentual do PIB em relação ao mês anterior.

A dívida líquida interna cresceu cerca de R\$ 2,0 bilhões em junho. Desse valor, a dívida mobiliária representou R\$ 5,1 bilhões, enquanto que os haveres contratuais cresceram R\$ 2,2 bilhões.

Em junho, o Tesouro Nacional efetuou resgate líquido de R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 2,6 bilhões relativos a títulos colocados em oferta pública.

O Tesouro Nacional efetuou, em junho, resgate líquido de R\$ 1,7 bilhão, sendo R\$ 965,0 milhões referentes à Dívida Pública Mobiliária Federal (DPMF), R\$ 383,0 em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e R\$ 305,0 em dívida securitizada.

Com relação à DPMF, as operações realizadas por meio de oferta pública resultaram em resgate líquido no montante de R\$ 2,6 bilhões, sendo emitidos R\$ 14,1 bilhões e resgatados R\$ 16,7 bilhões.

TABELA 3
EVOLUÇÃO DA DPMF EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Jun/2000

(R\$ milhões)

Fatos	Financeiras	Não Financeiras	Total
DPMF			
I. Emissões	14.109	1.614	15.722
LFT	10.468	1.425	11.893
LTN	3.630	0	3.630
Demais	11	189	200
II. Resgates	16.687		16.687
LFT	5.741		5.741
LTN	417		417
NTN-S	8.881		8.881
Demais	1.648		1.648
III. Valor líquido (I-II)	-2.578	1.614	-965
TDA			
I. Emissões		18	18
II. Resgates		401	401
III. Valor líquido (I-II)		-383	-383
Securitizados			
I. Emissões		64	64
II. Resgates		369	369
III. Valor líquido (I-II)		-305	-305
Total			
I. Emissões	14.109	1.696	15.804
II. Resgates	16.687	770	17.457
III. Valor líquido (I-II)	-2.578	926	-1.652

Boxe 3 – A Retomada das emissões de LTN

A estratégia de substituição da dívida pós por prefixada, mediante emissão das Letras do Tesouro Nacional – LTN, foi temporariamente interrompida em maio, devido ao elevado prêmio solicitado pelo mercado – considerado incompatível com os fundamentos da economia nacional.

Em junho, foram retomadas as emissões de LTN, observando-se quedas consecutivas na taxa média de captação. O custo do título de seis meses reduziu-se de 19,38% a.a. para 18,70% a.a. e 18,08% a.a., nos leilões dos dias 13, 20 e 27, respectivamente. No leilão do dia 27 também foi emitida LTN de um ano, à taxa média de 18,67% a.a.

As emissões em mercado concentraram-se em LFT e em LTN, totalizando os montantes de R\$ 11,9 bilhões e R\$ 3,6 bilhões, respectivamente. Foram vendidas LTN com prazo de 6 meses e 1 ano, e LFT, com prazo de até 26 meses.

Os resgates de títulos da DPMFi atingiram R\$ 16,7 bilhões, sendo R\$ 5,7 bilhões referentes a LFT, R\$ 417,0 milhões a LTN e R\$ 8,9 bilhões em vencimentos totais de NTN-S, tendo sido liquidado o estoque restante desses títulos.

As colocações diretas totalizaram R\$ 1,6 bilhão, sendo a maior parte (R\$ 1,4 bilhão) destinada ao refinanciamento da dívida de estados e municípios, com destaque à emissão de R\$ 591,2 milhões para assunção de dívida contratual do estado do Mato Grosso do Sul.

Destacam-se ainda as seguintes colocações diretas de títulos da dívida mobiliária em mercado: i) R\$ 72,1 milhões em CDP, adquiridos por devedores do INSS, para quitação de dívidas junto àquele órgão; ii) R\$ 67,0 milhões em NTN-I, para equalização de taxas e juros no âmbito do Proex; iii) R\$ 49,7 milhões em CFT-E1 em favor do FIES; e iv) R\$ 8,8 milhões em LFT junto à Codesp e Codesa, nos termos do Contrato de Cessão de Créditos celebrado entre as empresa e a União, em 19/05/2000.

As colocações de dívida securitizada totalizaram R\$ 64,0 milhões, sendo: i) R\$ 26,5 milhões relativos às emissões de CVS decorrentes de novação de dívida celebrada entre a União e o estado do Espírito Santo, relacionado ao Banestes; ii) R\$ 18,9 milhões para assunção de dívida da Sunamam; iii) R\$ 15,9 milhões decorrentes da renegociação e quitação da dívida proveniente do programa Política de Preço Nacional Equalizado – Açúcar e Alcool, entre a União e usinas integradas nesse programa; e iv) R\$ 2,7 milhões para securitização de dívida junto ao estado do Tocantins.

Nesse mês, os títulos remunerados pela taxa Selic tiveram redução de 0,3 ponto percentual no estoque da dívida em mercado, resultando em aumento equivalente na participação dos títulos prefixados. Esta alteração decorreu tanto da redução dos títulos vinculados à taxa Selic, em virtude do pagamento das NTN-S, quanto das emissões líquidas de LTN. Este movimento está em linha com a estratégia do Tesouro Nacional de elevação gradual da participação de papéis prefixados na dívida total.

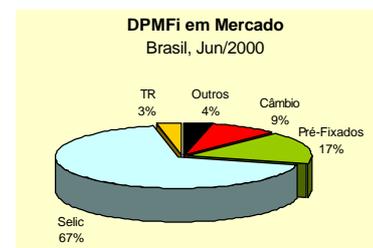
As colocações diretas atingiram R\$ 1,6 bilhão. Desse total, R\$ 1,4 bilhão refere-se a emissões para o refinanciamento de dívidas de estados e municípios.

Composição da Dívida

**TABELA 4
COMPOSIÇÃO DA DPMFi EM MERCADO
BRASIL, 2000**

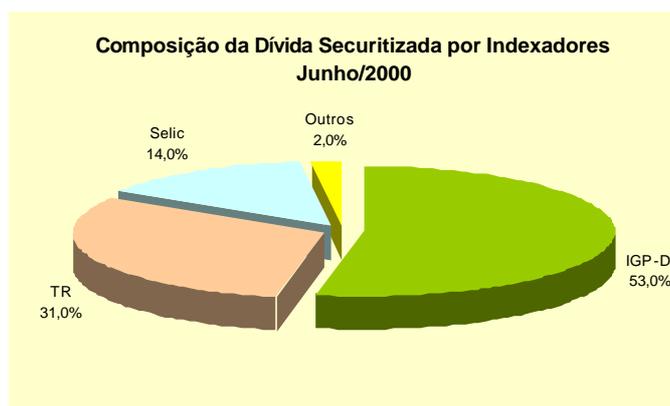
(%)

Indexador	2000		
	Abr	Mai	Jun
Selic	66,2	67,7	67,4
Câmbio	9,3	9,5	9,0
Prefixados	17,3	15,9	16,8
TR	3,4	3,3	3,3
Outros	3,7	3,6	3,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0



A composição da dívida securitizada, por indexador, manteve-se idêntica ao mês de maio. Os títulos indexados ao IGP-DI representaram 53,0% desses passivos, seguidos pela TR (31,0%) e Selic (14,0%). Os demais títulos perfizeram apenas 2,0% do estoque da dívida securitizada.

Em junho, a composição da dívida securitizada do Tesouro Nacional manteve-se estável.



Custo e Prazo Médios

O custo médio anual da dívida interna do Tesouro Nacional em junho foi de 14,96%, contra 18,30% no mês anterior. Esta redução restringiu-se à DPMF em mercado, cujo custo apresentou queda de 3,88 pontos percentuais, ao passo que o da dívida securitizada cresceu 3,52 pontos percentuais.

O custo médio total da dívida interna do Tesouro Nacional caiu de 18,30% a.a. em maio para 14,96% a.a. em junho.

**TABELA 5
CUSTO E PRAZO MÉDIOS DOS TÍTULOS DA DPMF
EM MERCADO E DÍVIDA SECURITIZADA
BRASIL, Jun/2000**

Título	Indexador	% de Participação	Prazo Médio	Custo Médio
LTN	Prefixados	16,8%	5,06	19,84%
LFT	Selic	67,4%	14,92	18,02%
NTN-D	Câmbio	6,1%	11,17	-5,15%
NTN-C	IGP-M	1,1%	43,81	23,87%
Demais	Vários	8,6%	-	-
Total DPMF		100,0%	29,94	14,98%
Competitivos			12,58	16,21%
Securitizados			90,68	14,71%
Total Dívida Interna			34,37	14,96%

Obs.: Prazo Médio em meses.
Custo Médio em % anual.

Quanto à dívida mobiliária, os principais fatores responsáveis pela queda no custo médio foram: (i) a valorização da taxa de câmbio (-1,5%), que afetou significativamente o custo de carregamento dos títulos cambiais; e (ii) a redução da taxa Selic, que passou de 18,46% a.a. em maio para 18,02% a.a.

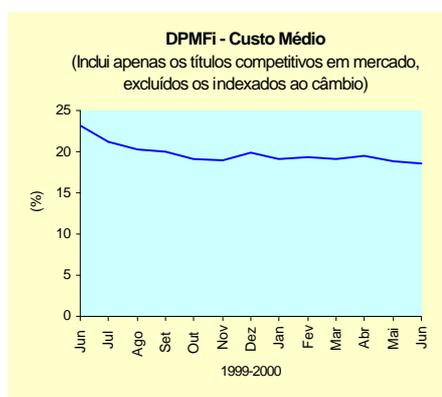
nesse mês de junho. Desconsiderando os títulos cambiais, a redução no custo médio da DPMF seria de 0,31 pontos percentuais. Os títulos ofertados em leilões tiveram seu custo médio anual reduzido de 18,86% para 18,58%.

A redução da taxa Selic contribuiu para a queda do custo médio da DPMF. Também houve redução do custo médio dos títulos cambiais, devido à apreciação na taxa de câmbio em junho.

TABELA 6
DPMFI - CUSTO MÉDIO EM MERCADO
BRASIL, 1999/2000

		(% anual)				
PERÍODO	TOTAL(1)	TOTAL(2)	COMP(1)	COMP(2)		
1999	Jun	22,14	27,36	23,20	28,30	
	Jul	20,42	20,98	21,12	21,95	
	Ago	19,68	44,67	20,24	32,02	
	Set	19,52	18,94	19,97	19,82	
	Out	18,59	22,01	19,05	21,54	
	Nov	18,59	14,07	18,90	15,41	
	Dez	19,40	5,12	19,82	8,02	
	2000	Jan	18,79	18,94	19,09	19,53
		Fev	18,86	14,71	19,28	15,66
		Mar	18,28	15,54	19,12	16,77
Abr		18,69	23,59	19,47	24,08	
Mai		18,33	18,86	18,86	19,54	
Jun		18,02	14,98	18,58	16,21	

COMP - Títulos competitivos da DPMFi em mercado.
(1) Excluindo títulos indexados ao câmbio
(2) Incluindo títulos indexados ao câmbio



Por sua vez, o aumento do custo médio da dívida securitizada está associado ao comportamento do IGP-DI, principal fator de atualização dos títulos dessa dívida, elevando-se de 0,67%, em maio, para 0,93%, em junho. O impacto da elevação desse índice no custo foi parcialmente compensado pela redução na TR e na taxa Selic, responsáveis pela atualização de 45,0% da dívida securitizada.

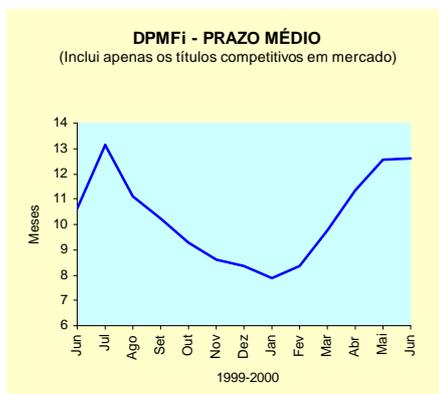
O aumento do custo médio da dívida securitizada está associada à elevação do IGP-DI, que corrige a maioria desses títulos.

O prazo médio da DPMF em junho alcançou 29,94 meses, tendo pequeno acréscimo frente a maio, quando foi registrado 29,88 meses. Vale destacar que esse patamar é o maior observado desde março de 1999. Quanto aos títulos emitidos através de leilão público, estes também tiveram seu prazo elevado, passando de 12,54 meses em maio para 12,58 meses em junho.

TABELA 7
DPMFI - PRAZO MÉDIO NO MERCADO
BRASIL, 1999/2000

		(meses)		
Período	TOTAL	COMP (1)		
1999	Jun	27,42	10,63	
	Jul	28,28	13,15	
	Ago	28,48	11,12	
	Set	27,06	10,25	
	Out	25,48	9,30	
	Nov	24,44	8,59	
	Dez	27,90	8,35	
	2000	Jan	27,14	7,89
		Fev	27,09	8,37
		Mar	27,97	9,74
Abr		28,40	11,37	
Mai		29,88	12,54	
Jun		29,94	12,58	

(1) Títulos competitivos da DPMFi em mercado.



O prazo médio dos títulos da DPMFi foi de 29,94 meses, o maior desde março de 1999.

Houve pequena redução no prazo médio da dívida securitizada, o qual passou de 91,17 meses, em maio, para 90,68 meses.



Dívida Líquida Contratual Interna

O saldo dos haveres líquidos registrado em junho foi de R\$ 321,7 bilhões, o que equivale a 29,2% do PIB acumulado nos últimos doze meses. Em relação ao mês anterior, houve crescimento de R\$ 2,2 bilhões nos haveres do Tesouro Nacional e de R\$ 1,1 bilhão nos haveres dos fundos, autarquias e fundações.

**TABELA 8
DÍVIDA CONTRATUAL INTERNA LÍQUIDA
BRASIL, 1999/2000**

(R\$ milhões)

	2000		
	Abr	Mai	Jun
TOTAL DO TESOURO NACIONAL	-233.621	-248.779	-250.968
Dívida Bancária	39.769	39.851	39.887
Demais Dívidas da STN	3.106	3.137	2.807
Lei 7.976/89	-10.240	-10.335	-10.006
Lei 8.727/93	-43.715	-43.814	-43.866
Lei 9.496/97	-125.883	-127.930	-129.701
Renegociação Dívidas Municipais	-4.822	-16.116	-16.805
Demais Haveres da STN	-91.836	-93.572	-93.284
TOTAL DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	-67.025	-69.640	-70.723
FAT	-47.039	-49.001	-49.548
Demais Entidades	-19.985	-20.639	-21.176
TOTAL	-300.646	-318.419	-321.691
TOTAL/PIB	-28,1%	-29,3%	-29,2%
TOTAL DO TESOURO NACIONAL/PIB	-21,8%	-22,9%	-22,8%

Em junho, os principais responsáveis pelo aumento do total de haveres do Tesouro Nacional foram os refinanciamentos das dívidas dos estados e municípios.

No caso do Tesouro Nacional, o aumento dos seus haveres está associado ao comportamento dos créditos decorrentes da renegociação de dívidas estaduais, em conformidade com a Lei nº 9.496/97, e municipais, nos termos da

Medida Provisória nº 2.043/2000. Esses créditos elevaram-se em R\$ 1,8 bilhão e R\$ 688,9 milhões, respectivamente. No âmbito da Lei nº 9.496/97, ocorreram emissões para os estados do Acre, Goiás, Mato Grosso do Sul e Paraíba, totalizando R\$ 816,3 milhões. Por sua vez, as novas emissões para renegociação das dívidas de diversos municípios em junho perfizeram R\$ 599,9 milhões. O acréscimo nos demais haveres foi afetado pela maior variação no IGP-DI, seu principal indexador.

As emissões para refinanciamento das dívidas estaduais e municipais atingiram R\$ 1,4 bilhão.

Em junho, a dívida externa sob responsabilidade do Tesouro Nacional apresentou saldo de R\$ 124,4 bilhões, correspondente a 11,3% do PIB estimado para os últimos doze meses, ficando 0,4 ponto percentual abaixo do registrado em maio. A queda no saldo da dívida externa deve-se basicamente aos pagamentos de bônus IDU e à menor taxa de câmbio de junho, relativamente a maio.

Dívida Externa

No mês em análise, foi paga a penúltima parcela do bônus de renegociação *Interest Due and Unpaid* (IDU), no valor total de R\$ 1,6 bilhão entre principal e juros. Quanto à dívida contratual, o saldo devedor aumentou em razão de duas operações realizadas com o Banco Mundial, no âmbito do Programa de Apoio Financeiro BID/BIRD/FMI, de cerca de R\$ 1,8 bilhão (US\$ 1,0 bilhão), parcialmente compensadas pelos pagamentos ao Clube de Paris no valor de R\$ 677,2 milhões.

Em junho, a dívida externa do Tesouro Nacional ficou 0,4 ponto percentual do PIB inferior à registrada em maio.

TABELA 9 EXECUÇÃO DA DÍVIDA EXTERNA BRASIL, Jun/2000			
(R\$ milhões)			
Discriminação	Principal	Juros e Encargos	Total
I. Encargos Totais	2.473,2	867,1	3.340,4
I.1. Organismos Multilaterais	23,5	158,1	181,6
I.2. Bancos Privados/Ag Gov	270,4	79,4	349,8
I.3. Clube de Paris	677,2	397,2	1.074,3
I.4. Dívida Mobiliária	1.502,2	232,5	1.734,7
Bônus Eurolira 2017 ²	0,0	73,3	73,3
Bônus IDU 2001 ³	1.502,2	106,3	1.608,5

² Título originado nos juros atrasados e não pagos no período de julho de 1989 a dezembro de 1990. Foram emitidos em novembro de 1992, com datas retroativas a 1º de janeiro de 1991. Não possuem garantias de principal e juros. Está de acordo com a Resolução nº 20/91, do Senado Federal.

³ Título de captação, emitido no euromercado de acordo com a Resolução nº 51/97, do Senado Federal.

Do total de desembolsos para quitação do principal, juros e encargos da dívida externa, R\$ 181,6 milhões referem-se a pagamentos regulares aos organismos multilaterais, R\$ 349,8 milhões a bancos privados/agências governamentais, R\$ 1,1 bilhão ao Clube de Paris e R\$ 1,7 bilhão relativos a juros e encargos da dívida mobiliária, conforme demonstrado na tabela 9 acima.

Características

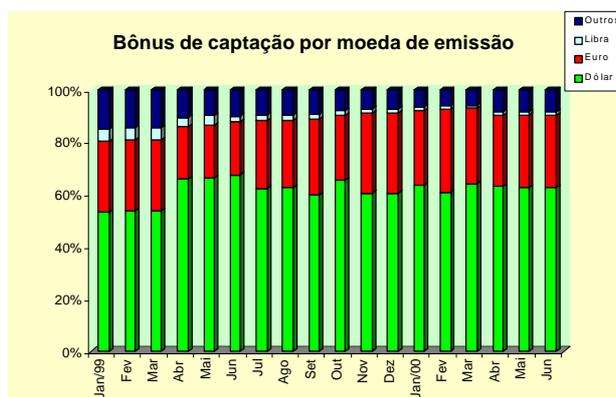
A dívida externa de responsabilidade do Tesouro Nacional está estruturada em mobiliária e contratual, deduzidos os haveres na forma de títulos depositados em garantia e as disponibilidades de fundos, autarquias e fundações em moeda estrangeira. A dívida mobiliária é responsável por 76,0% do saldo líquido da dívida externa.

A participação dos bônus de renegociação no total da dívida mobiliária externa manteve tendência de queda.

Os bônus de renegociação (“bradies”) perfazem 62,8% do montante da dívida mobiliária. Note-se a redução em termos nominais e relativos dos *bradies*, os quais representavam 76,5% da dívida mobiliária externa em junho do ano passado. Esta redução está associada tanto aos resgates da parcela principal quanto às novas emissões a partir de abril de 1999, após o período de um ano sem colocações no mercado externo.

Ao final de junho, os títulos em dólar representavam 62,5% do valor total dos bônus de captação, seguidos por aqueles emitidos em euro (27,7%), libra (1,2%) e demais moedas (8,6%).

Os títulos emitidos em dólar correspondem a 62,5% do total dos bônus de captação.



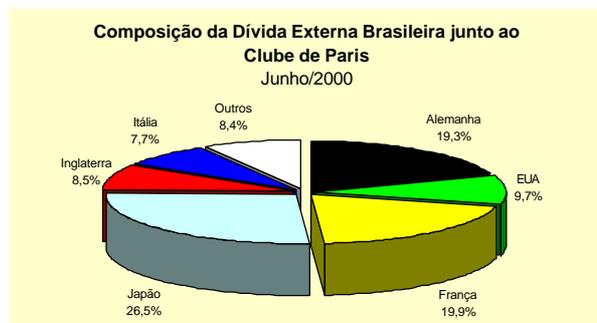
A dívida contratual externa do Tesouro Nacional é composta em sua maior parte pelos empréstimos junto a Organismos Multilaterais, cuja parcela equivale em junho a 43,0% do total. A dívida contratual com o Clube de Paris e Bancos Privados/Agências Governamentais respondem por 39,4% e 17,5%, respectivamente.

Os maiores credores brasileiros no âmbito do Clube de Paris são o Japão (26,5%), França (19,9%) e Alemanha (19,3%), conforme pode ser observado no gráfico adiante.

Devido ao pagamento de IDU ocorrido no mês, o prazo médio dos *bradies* desviou-se de sua trajetória de queda, aumentando de 13,62 meses em maio para 13,86 meses em junho. O pequeno aumento do custo médio dos Bônus



de Renegociação, que passou de 7,32% ao ano em maio para 7,35% ao ano em junho, também se deve à diminuição do estoque de IDU, pois este é um dos títulos, dentre os *bradies*, que pagam a menor taxa de juros.



Quanto aos bônus de captação (novas emissões), seu custo e prazo médios mantiveram-se nas trajetórias observadas nos meses anteriores, devido ao fato de não ter havido pagamentos, emissões e cancelamentos no mês em análise. Assim, seu prazo médio passou de 15,63 anos em maio para 15,55 anos em junho, enquanto seu custo médio permaneceu inalterado em 11,45% ao ano.

Como pode ser observado na tabela a seguir, de janeiro a junho de 2000 o Tesouro Nacional realizou um desembolso total de US\$ 5,3 bilhões, estando previsto outros US\$ 6,2 bilhões até o final do ano. Até esse mês, os valores pagos superaram em US\$ 328,3 milhões os pagamentos realizados em igual período de 1999.

**TABELA 10
PAGAMENTOS DA DÍVIDA EXTERNA DA UNIÃO¹
BRASIL, 1999/2000**

US\$ milhões

Período	Realizado em 1999			Previsão para 2000 ²		
	Principal	Juros	Total	Principal	Juros	Total
Jan	36,4	27,8	64,2	46,0	73,0	119,0
Fev	168,5	71,1	239,6	210,6	143,0	353,6
Mar	674,2	244,6	918,8	861,3	264,4	1.125,7
Abr	144,0	1.277,5	1.421,4	140,2	1.399,1	1.539,3
Mai	175,0	296,9	471,9	88,5	283,6	372,1
Jun	1.443,0	449,0	1.891,9	1.374,0	452,4	1.826,4
Jul	33,4	59,8	93,2	890,0	125,7	1.015,7
Ago	170,6	64,4	235,0	83,9	290,3	374,2
Set	465,9	136,4	602,3	276,6	155,6	432,1
Out	149,5	1.181,7	1.331,2	371,2	1.520,0	1.891,2
Nov	91,9	285,1	377,0	151,4	427,3	578,7
Dez	1.369,6	392,2	1.761,7	1.475,0	440,9	1.915,9
Total	4.921,9	4.486,3	9.408,2	5.968,7	5.575,3	11.544,0

(1) Pagamento pelo critério de desembolso do Tesouro Nacional à rede bancária. Portanto, não se concilia com os dados da balança de pagamentos.

(2) Valores pagos (janeiro/99 a junho/00), convertidos pelo câmbio do final de período.

Boxe 4 – Rating Soberano

A agência de classificação de risco *Fitch IBCA* elevou o *rating* da dívida externa brasileira de longo prazo, de B+ para BB-, três meses depois de tê-lo aumentado de B para B+.

Os principais fatores que contribuíram para melhora da classificação do *rating* soberano foram o bom desempenho dos indicadores econômicos brasileiros, a aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal e o cumprimento das metas fiscais acertadas com o FMI.

Outro fator que levou à revisão da classificação foi a necessidade de uniformização das notas da agência com as da agência *Duff & Phelps*, adquirida pela *Fitch IBCA* em abril deste ano.

O prazo médio das novas emissões no mercado externo ficou em 15,55 anos no mês de junho, pelo critério de "average life", que leva em conta o prazo remanescente dos títulos.



Anexos

Tabelas do Resultado Fiscal (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A1** – Resultado Primário do Governo Central
- **Tabela A2** – Execução Financeira da Secretaria do Tesouro Nacional
- **Tabela A3** – Relacionamento Tesouro/Banco Central
- **Tabela A4** – Operações Oficiais de Crédito

Tabelas da Dívida Líquida (Informação dos 12 meses anteriores)

- **Tabela A5** – Dívida Líquida do Tesouro Nacional (em mercado)
- **Tabela A6** – Dívida Externa do Tesouro Nacional
- **Tabela A7** – Dívida Pública Mobiliária Federal
- **Tabela A8** – Dívida Líquida dos Fundos, Autarquias e Fundações

Boletins de Transferências para Estados e Municípios

- Boletim FPE/FPM
- Boletim Fundef

TABELA A1 - RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (*)

R\$ milhões

	Jun/1999	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2000
I. RECEITA TOTAL	17.969,4	18.030,3	17.670,7	18.117,6	17.114,7	17.257,3	23.061,3	18.499,9	17.148,7	20.203,3	19.110,1	19.156,5	18.198,5
I.1. Receitas do Tesouro	13.860,1	14.112,0	13.737,1	14.203,3	13.214,1	13.324,4	15.933,6	14.553,9	13.066,2	15.877,4	14.963,1	14.811,1	13.805,4
I.1.1 Receita Bruta	14.600,6	14.923,2	14.566,9	14.583,1	13.835,9	13.751,2	16.536,2	15.158,0	13.302,5	16.229,9	15.185,4	15.063,1	14.985,3
- Impostos	6.334,3	6.294,7	5.725,0	7.255,4	6.578,6	6.120,6	8.456,3	7.153,9	6.371,8	7.865,1	6.998,5	6.533,5	6.824,3
- Contribuições	4.668,3	7.219,0	4.979,3	6.087,3	5.928,1	6.700,4	6.479,4	6.877,9	6.050,7	7.136,7	6.255,2	6.338,7	6.503,5
- Demais	3.598,0	1.409,5	3.862,5	1.240,3	1.329,2	930,2	1.600,6	1.126,2	880,0	1.228,0	1.931,6	2.190,9	1.657,4
I.1.2. (-) Restituições	(709,4)	(760,9)	(787,9)	(333,2)	(563,6)	(370,2)	(542,5)	(532,6)	(108,2)	(246,8)	(135,7)	(179,0)	(1.127,2)
I.1.3. (-) Incentivos Fiscais	(31,1)	(50,3)	(41,8)	(46,6)	(58,2)	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)
I.2. Receitas da Previdência Social	4.109,3	3.918,3	3.933,6	3.914,3	3.900,6	3.932,9	7.127,7	3.946,0	4.082,5	4.325,9	4.147,0	4.345,4	4.393,0
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	2.198,9	2.537,8	2.714,1	2.473,1	2.895,5	2.826,8	3.145,2	3.365,2	3.220,2	3.324,9	3.455,6	3.381,7	2.977,5
II.1. Transferências Constitucionais	1.743,0	1.732,0	2.147,6	2.002,7	2.383,7	2.277,0	2.496,0	2.708,4	2.542,5	2.735,4	2.860,1	2.732,5	2.252,1
II.2. Lei Complementar 87/96	303,1	545,3	312,7	297,8	294,2	286,4	294,0	278,4	271,8	255,0	259,5	292,6	274,2
II.3. Demais	152,8	260,5	253,9	172,6	217,5	263,5	355,3	378,4	405,8	334,5	335,9	356,6	451,2
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	15.770,5	15.492,5	14.956,6	15.644,5	14.219,2	14.430,4	19.916,1	15.134,7	13.928,5	16.878,4	15.654,5	15.774,8	15.220,9
IV. DESPESA TOTAL	11.844,6	13.276,6	12.343,1	12.160,6	12.865,5	13.129,0	21.794,9	13.602,6	12.378,6	12.822,5	11.669,3	12.980,1	13.704,7
IV.1. Pessoal e Encargos Sociais	4.067,8	4.913,8	3.783,7	3.663,1	3.884,6	4.012,5	5.944,5	5.402,5	4.286,2	4.192,1	4.056,2	4.191,3	4.552,9
IV.1.1. INSS	254,6	307,1	219,3	244,3	251,5	239,1	357,2	272,3	209,0	234,0	256,0	237,4	276,4
IV.1.2. Demais	3.813,2	4.606,7	3.564,4	3.418,8	3.633,1	3.773,4	5.587,3	5.130,2	4.009,1	3.958,1	3.800,2	3.953,8	4.276,5
IV.2. Benefícios Previdenciários	4.442,3	4.631,2	4.621,4	4.623,5	4.727,1	5.153,7	8.610,9	4.671,1	4.660,4	4.781,3	4.810,7	4.995,4	5.056,7
IV.3. Custeio e Capital	3.334,5	3.731,6	3.937,9	3.874,0	4.253,8	3.962,8	7.239,5	3.529,0	3.432,0	3.849,0	2.802,4	3.793,4	4.095,1
IV.3.1. Despesa do FAT	401,5	421,4	537,1	683,6	373,6	359,0	555,4	315,0	436,9	673,2	214,7	653,7	525,4
- Abono e Seguro Desemprego	347,2	378,6	480,5	529,4	274,8	294,3	501,5	291,6	390,8	361,5	158,5	604,5	337,6
- Demais Despesas do FAT	54,4	42,8	56,6	154,2	98,8	64,7	53,9	23,4	46,1	311,7	56,2	49,3	187,8
IV.3.2. Subsídios e Subvenções Econômicas	101,3	229,0	193,6	153,1	645,0	193,2	138,2	23,0	101,0	258,6	175,5	217,7	73,5
- Operações Oficiais de Crédito	45,2	158,9	129,4	101,6	548,6	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1
- Subvenções aos Fundos Regionais	56,1	70,1	64,3	51,4	96,5	46,2	47,1	0,3	52,7	75,2	84,1	99,2	10,5
IV.3.3. Outras Despesas de Custeio e Capital	2.831,6	3.081,2	3.207,2	3.037,4	3.235,1	3.410,6	6.545,9	3.190,9	2.894,1	2.917,2	2.412,2	2.922,0	3.496,2
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO FEDERAL (III - IV)	3.925,9	2.215,9	2.613,6	3.483,9	1.353,7	1.301,4	(1.878,8)	1.532,1	1.549,9	4.055,9	3.985,1	2.794,7	1.516,2
V.1. Tesouro Nacional	4.258,9	2.928,8	3.301,4	4.193,1	2.180,3	2.522,3	(395,6)	2.257,3	2.127,8	4.511,3	4.648,9	3.444,8	2.179,9
V.2. Previdência Social (RGPS) (1)	(333,0)	(712,9)	(687,9)	(709,2)	(826,5)	(1.220,8)	(1.483,2)	(725,2)	(577,9)	(455,4)	(663,7)	(650,1)	(663,7)
VI. RESULTADO PRIMÁRIO BANCO CENTRAL (2)	(19,6)	(97,2)	(61,8)	(47,1)	(67,3)	(63,3)	(106,5)	(43,1)	(61,8)	(49,4)	(40,9)	(68,4)	(52,6)
VII. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (V + VI)	3.906,3	2.118,7	2.551,7	3.436,8	1.286,4	1.238,1	(1.985,3)	1.489,0	1.488,2	4.006,5	3.944,2	2.726,3	1.463,6
VIII. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	8,3	1.611,5	445,8	167,0	(512,0)	(862,9)	441,5	(343,4)	839,6	919,5	nd	nd	nd
IX. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (3)	3.914,7	3.730,3	2.997,6	3.603,8	774,4	375,2	(1.543,8)	1.145,5	2.327,7	4.926,0	nd	nd	nd
X. JUROS NOMINAIS (3)	(6.483,9)	(6.953,2)	(11.230,2)	(1.290,6)	(6.442,3)	1.716,9	3.061,1	(2.885,8)	(3.362,4)	(2.936,8)	nd	nd	nd
XI. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (3)	(2.569,3)	(3.222,9)	(8.232,6)	2.313,2	(5.667,9)	2.092,2	1.517,3	(1.740,2)	(1.034,7)	1.989,2	nd	nd	nd

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

(1) Receita de Contribuições menos Benefícios Previdenciários

(2) Despesas administrativas líquidas de receitas próprias

(3) Pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil

TABELA A2 - EXECUÇÃO FINANCEIRA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL (*)

R\$ milhões

	Jun/1999	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2000
FLUXO FISCAL													
I. RECEITAS	10.607,0	14.508,8	13.438,3	14.122,9	13.156,2	13.052,5	19.264,4	11.980,7	13.410,7	15.855,9	14.654,6	14.491,2	15.661,2
I.1 - Recolhimento Bruto	9.874,9	11.999,8	12.494,0	13.485,2	12.116,4	12.531,6	18.432,7	11.199,1	12.768,5	15.224,7	13.535,0	13.873,6	13.814,4
I.2 - (-) Incentivos Fiscais	(31,1)	(50,3)	(41,8)	(46,6)	(58,2)	(56,6)	(60,1)	(71,4)	(128,2)	(105,7)	(86,7)	(72,9)	(52,6)
I.3 - Outras Operações Oficiais de Crédito	533,6	1.947,2	746,1	457,4	837,0	368,9	493,0	396,8	512,7	606,1	934,7	527,2	1.743,7
I.4 - Receita das Operações de Crédito	227,6	610,6	238,5	225,4	259,2	206,9	396,9	454,8	256,4	128,3	270,1	161,9	148,9
I.5 - Remuneração de Disponibilidades - BB	2,1	1,6	1,5	1,5	1,9	1,8	1,9	1,4	1,3	2,4	1,4	1,3	6,8
II. DESPESAS	13.121,3	14.872,8	12.508,1	11.873,1	13.901,7	12.742,4	16.815,9	11.947,9	12.492,7	13.450,9	14.750,2	14.537,8	15.714,9
II.1 - Liberações Vinculadas	2.716,6	2.959,2	3.267,0	2.948,5	3.506,3	3.389,2	3.638,4	4.180,8	3.884,5	3.402,5	3.282,1	5.381,1	3.577,1
II.1.1 - Transferências a Fundos Constitucionais	1.849,2	1.837,6	2.279,3	2.125,6	2.530,1	2.416,1	2.648,9	2.881,0	2.706,3	2.735,4	2.860,1	3.272,9	2.395,7
II.1.2 - Demais transferências a Estados e Municípios	32,7	35,9	36,2	31,7	72,4	52,3	38,3	155,5	216,9	132,4	130,3	144,0	263,5
II.1.3 - Transferência da Lei Complementar 87	279,9	541,4	308,0	293,0	283,9	281,3	287,8	276,8	271,8	254,8	259,3	292,4	274,0
II.1.4 - Outras Vinculações	554,7	544,3	643,5	498,2	619,8	639,4	663,4	867,4	689,4	279,9	32,4	1.671,9	643,9
II.2 - Liberações Ordinárias	10.404,8	11.913,6	9.241,0	8.924,7	10.395,4	9.353,3	13.177,5	7.767,1	8.608,2	10.048,4	11.468,1	9.156,7	12.137,9
II.2.1 - Pessoal e Encargos Sociais	4.117,8	5.017,6	3.924,8	3.934,9	3.716,6	4.107,7	6.003,7	5.619,6	4.283,9	4.029,9	3.988,2	4.192,4	5.009,8
II.2.2 - Encargos da Dívida Contratual	1.024,8	285,4	317,5	889,3	2.515,0	1.036,7	848,6	304,5	505,8	778,4	2.773,7	650,0	1.026,3
i) Dívida Contratual Interna	230,2	177,2	194,1	265,9	207,1	488,5	147,0	172,9	178,8	284,0	293,0	184,2	217,7
ii) Dívida Contratual Externa	794,6	108,2	123,4	623,4	2.307,9	548,1	701,6	131,6	326,9	494,4	2.480,6	465,9	808,5
II.2.3 - Encargos da DPMF - Mercado	2.501,0	3.852,3	2.010,7	584,6	1.122,2	446,9	722,3	456,4	1.154,5	2.645,4	2.176,4	1.597,4	2.019,6
II.2.4 - Custeio e Investimento	2.647,3	2.542,4	2.808,7	3.377,5	2.702,1	3.532,2	5.455,8	1.295,9	2.471,0	2.331,3	2.336,9	2.508,2	3.950,1
II.2.5 - Operações Oficiais de Crédito	114,0	216,0	179,2	138,2	339,5	229,7	147,1	90,7	193,0	263,3	192,9	208,7	132,1
II.2.6 - Restos a Pagar													
III. RESULTADO FINANCEIRO DO TESOURO (I - II)	(2.514,3)	(364,0)	930,2	2.249,8	(745,4)	310,1	2.448,5	32,8	918,1	2.405,0	(95,6)	(46,7)	(53,7)
FLUXO DE FINANCIAMENTO													
IV. RECEITAS	30.620,6	22.300,0	27.603,0	23.232,7	26.472,0	22.054,2	18.532,5	26.102,7	31.181,1	45.023,3	27.630,3	16.434,4	15.019,0
IV.1 - Emissão de Títulos - Mercado	30.148,5	21.706,1	23.333,0	21.813,7	26.085,6	15.801,7	17.767,5	23.890,0	29.469,9	41.571,0	25.578,7	16.087,6	14.097,9
IV.2 - Outras Operações de Crédito	472,2	594,0	4.269,9	1.419,0	386,4	6.252,5	765,0	2.212,7	1.711,3	3.452,3	2.051,6	346,8	921,2
V. DESPESAS	18.405,1	28.023,4	20.497,7	17.954,1	14.355,2	15.427,6	30.029,3	21.386,0	25.813,8	36.404,0	24.863,1	22.969,0	17.599,5
V.1 - Resgate de Títulos - Mercado	15.552,5	27.753,8	19.898,9	16.941,4	13.805,3	13.452,7	27.235,5	21.073,2	25.084,6	34.375,3	24.353,9	22.328,4	14.788,4
V.2 - Amortização da Dívida Contratual	2.852,6	269,5	598,8	1.012,8	481,1	1.743,9	2.564,7	304,2	729,3	2.028,7	472,6	640,6	2.811,0
V.2.1 - Dívida Interna	299,4	207,6	271,9	171,7	189,2	1.567,2	114,6	221,3	414,6	495,1	200,6	478,9	326,6
V.2.2 - Dívida Externa	2.553,2	61,9	326,9	841,0	291,9	176,7	2.450,1	82,9	314,7	1.533,6	272,1	161,7	2.484,4
V.3 - Aquisição de Garantias/Outras Liberações	-	-	-	-	68,8	231,1	229,1	8,5	0,0	-	36,6	-	-
VI. ENDIVIDAMENTO MOBILIÁRIO INTERNO LÍQUIDO (IV.1 - V.1)	14.595,9	(6.047,7)	3.434,1	4.872,4	12.280,3	2.349,1	(9.468,0)	2.816,8	4.385,3	7.195,7	1.224,8	(6.240,8)	(690,6)
VII. RESULTADO RELACIONAMENTO TESOURO/BACEN	1.187,6	76,9	(141,2)	483,7	(2.179,6)	1.769,5	(37.372,5)	(3.638,2)	(12.850,4)	1.014,1	(3.564,2)	11.821,8	7.949,5
VIII. FLUXO DE CAIXA TOTAL (III + IV + V + VII)	10.888,8	(6.010,4)	7.894,3	8.012,1	9.191,8	8.706,2	(46.420,8)	1.111,3	(6.565,0)	12.038,5	(892,6)	5.240,5	5.315,4

(*) Dados retificados



TABELA A3 - RELACIONAMENTO TESOURO/BANCO CENTRAL

R\$ milhões

	Jun/1999	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2000
I. RECEITAS ORIUNDAS DO BACEN	3.481,5	1.782,7	1.529,2	1.410,1	1.557,4	2.414,5	3.460,2	1.162,4	2.683,7	4.206,2	6.551,8	25.117,0	12.869,5
I.1. Emissão de Títulos	1.909,5	-	39,5	5,8	4,1	881,6	1.781,6	-	1.683,1	3.329,3	5.498,2	24.383,0	12.102,6
I.2. Remuneração das Disponibilidades	1.555,0	1.745,6	1.456,8	1.386,9	1.529,8	1.456,3	1.614,4	1.108,6	947,8	843,4	1.018,7	661,0	705,9
I.3. Remuneração das Aplic. Financeiras das Ugs	17,0	37,1	33,0	17,4	23,5	76,5	64,3	53,7	52,7	33,4	34,9	72,9	61,1
II. DESPESAS NO BACEN	2.293,9	1.705,8	1.670,4	926,3	3.737,0	645,0	40.832,7	4.800,6	15.534,1	3.192,0	10.116,0	13.295,2	4.920,0
II.1. Resgate de Títulos	1.855,5	1.458,1	1.476,2	706,4	3.409,1	511,6	37.618,4	4.740,5	14.880,6	2.960,5	9.488,0	12.896,5	4.757,1
II.2. Encargos da DPMF	438,4	247,8	194,1	220,0	327,9	133,4	3.214,3	60,1	653,5	231,6	628,0	398,7	162,9
III. RESULTADO (I - II)	1.187,6	76,9	(141,2)	483,7	(2.179,6)	1.769,5	(37.372,5)	(3.638,2)	(12.850,4)	1.014,1	(3.564,2)	11.821,8	7.949,5



TABELA A4 - OPERAÇÕES OFICIAIS DE CRÉDITO

R\$ milhões

	Jun/1999	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2000
I. EQUALIZAÇÃO DE CUSTEIO AGROPECUÁRIO	13,6	11,4	10,1	7,4	8,2	8,5	10,1	13,7	12,0	11,0	11,6	9,9	10,6
II. EQUALIZAÇÃO DE INVEST. RURAL E AGROINDUSTRIAL	-	-	3,8	-	-	-	8,5	-	6,4	-	-	-	-
III. POLÍTICA DE PREÇOS AGRÍCOLAS	6,7	12,7	22,4	70,5	160,7	18,3	3,9	(12,2)	(40,5)	3,5	12,6	39,4	4,6
III.1. Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,0	0,7	0,5	0,6	0,6	0,5	0,5	0,5	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2
III.2. Equalização Aquisições do Governo Federal	8,6	12,0	21,0	65,9	147,0	7,0	(32,7)	(14,9)	(40,9)	4,4	12,3	39,2	4,3
III.3. Garantia à Sustentação de Preços	(2,9)	0,0	1,0	4,0	13,0	10,8	36,1	2,2	-	(1,2)	-	-	-
IV. EQUALIZAÇÃO PRONAF	20,0	22,9	59,2	17,8	1,5	25,2	24,0	19,9	54,2	17,9	19,5	19,0	21,3
V. EQUALIZAÇÃO PROEX	4,9	111,9	33,8	6,0	121,7	95,1	44,6	1,3	16,2	151,0	47,6	50,1	26,6
VI. TOTAL	45,2	158,9	129,4	101,6	292,1	147,1	91,2	22,8	48,3	183,3	91,4	118,4	63,1



TABELA A5 - DÍVIDA LÍQUIDA DO TESOURO NACIONAL EM PODER DO MERCADO (*)

R\$ milhões

	Jun/1999	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2000
I. DÍVIDA INTERNA	71.812,3	67.703,6	78.668,1	82.899,5	93.778,2	94.045,8	87.401,4	96.149,5	92.274,4	99.616,1	104.270,7	98.240,0	100.185,6
Dívida Mobiliária em Mercado- DPMF	284.027,0	286.734,0	295.508,1	305.678,0	322.076,8	326.430,1	346.778,7	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3
Dívida Bancária	38.738,1	38.705,1	38.981,2	39.083,1	39.209,8	39.389,1	39.502,6	39.613,1	39.748,2	39.745,7	39.768,7	39.851,4	39.887,2
Dívida Securitizada (Exceto CVS)	19.562,3	19.701,2	20.687,4	20.852,8	20.099,4	20.380,1	21.895,6	25.059,2	25.196,9	24.372,5	23.538,1	23.391,7	23.472,1
CVS	7.832,6	7.894,7	7.955,9	8.017,7	7.695,1	7.745,8	7.747,4	7.792,3	7.930,7	7.746,6	8.075,1	8.213,4	8.260,5
Títulos da Dívida Agrária -TDA	3.190,5	3.183,6	3.174,0	3.150,8	3.229,8	3.261,0	3.154,0	3.118,2	3.106,3	3.101,4	3.065,4	3.096,0	2.766,6
Certificados de Privatização	39,8	39,9	41,9	40,2	40,3	40,4	40,5	40,6	40,7	40,8	40,9	40,9	40,6
INSS	-9.095,9	-9.246,8	-9.391,8	-9.531,5	-9.664,2	-9.908,7	-10.030,6	-9.575,4	-9.673,2	-9.691,5	-9.709,0	-9.721,6	-9.799,6
Lei 7.976/89	-11.131,1	-11.245,2	-11.889,3	-11.788,6	-12.004,4	-11.712,4	-10.942,2	-10.618,2	-10.198,9	-10.076,0	-10.239,9	-10.334,9	-10.006,2
Bônus Renegociação	-18.368,0	-18.106,5	-19.429,5	-19.603,0	-19.549,1	-19.298,6	-16.210,9	-16.014,9	-15.929,1	-15.491,5	-15.564,2	-16.009,3	-16.295,6
Lei 8.727/93	-42.376,6	-42.367,3	-42.678,1	-42.815,2	-42.977,0	-43.193,4	-43.351,1	-43.499,4	-43.664,5	-43.675,6	-43.714,7	-43.814,1	-43.866,5
Lei 9.496/97	-96.214,9	-97.061,5	-98.813,7	-100.676,2	-102.004,8	-103.692,3	-121.833,3	-122.418,0	-124.706,4	-125.487,0	-125.883,4	-127.930,2	-129.701,0
Renegociação de Dívidas dos Municípios	-	-2.673,2	-2.698,2	-2.737,7	-2.781,6	-2.865,8	-3.851,8	-4.233,0	-4.796,7	-4.805,7	-4.822,0	-16.115,8	-16.804,7
Recebíveis dos Estados	-3.396,8	-3.569,8	-3.644,2	-3.715,0	-3.788,0	-3.878,4	-6.070,5	-6.175,1	-6.268,5	-6.310,9	-6.353,1	-6.392,3	-6.466,5
Recebíveis das Estatais	-20.982,5	-21.135,1	-17.562,7	-19.104,1	-19.375,2	-20.503,3	-21.072,1	-21.283,9	-27.365,8	-26.259,0	-26.620,3	-25.414,6	-25.367,3
Outros	-9.574,2	-9.811,4	-9.651,8	-9.673,6	-9.661,3	-9.670,7	-20.828,4	-21.025,3	-21.243,7	-21.227,2	-20.802,4	-24.041,8	-23.840,5
Fat	-41.638,5	-43.342,1	-43.676,2	-43.721,8	-45.003,0	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5
Demais Entidades	-16.797,8	-16.910,7	-17.120,2	-18.948,7	-19.305,7	-19.356,1	-19.657,9	-19.985,6	-19.927,7	-19.899,8	-19.985,4	-20.639,2	-21.175,6
Créditos das Operações Oficiais	-9.424,8	-9.295,4	-9.229,8	-9.400,6	-10.230,0	-10.728,2	-10.556,0	-9.172,9	-9.058,1	-9.021,8	-9.180,7	-9.060,5	-9.131,2
Arrecadação a Recolher	-2.577,0	-3.790,0	-1.895,0	-2.207,0	-2.229,0	-2.872,0	-1.826,0	-3.106,0	-3.155,0	-3.345,0	-3.606,0	-2.931,8	-2.383,7
II. DÍVIDA EXTERNA	110.674,1	114.294,4	122.112,4	123.747,2	123.427,2	125.589,7	116.840,1	117.560,3	115.886,8	116.795,8	125.509,1	127.065,5	124.421,2
Dívida Mobiliária	85.301,5	87.964,3	94.067,4	95.451,5	95.121,5	95.855,8	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.042,8	97.256,8	94.500,9
Títulos Depositados em Garantias	-5.684,5	-5.564,7	-5.904,4	-5.979,2	-6.044,1	-5.914,8	-4.495,7	-4.535,8	-4.694,6	-4.837,1	-4.515,6	-4.506,1	-4.504,1
Dívida Contratual	31.564,3	32.413,8	34.450,9	34.763,4	34.850,0	36.153,3	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8
Disponibilidades	-507,2	-518,8	-501,4	-488,4	-500,2	-504,7	-752,3	-732,5	-721,4	-741,3	-742,3	-758,5	-866,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA TOTAL (I+II)	182.486,4	181.998,1	200.780,5	206.646,7	217.205,4	219.635,5	204.241,5	213.709,8	208.161,2	216.411,9	229.779,8	225.305,5	224.606,8
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	19,6%	19,4%	21,1%	21,5%	22,3%	22,1%	20,2%	20,8%	19,9%	20,5%	21,5%	20,8%	20,4%

(*) Dados revisados, sujeitos a alteração.

TABELA A6 - DÍVIDA EXTERNA DO TESOUREO NACIONAL

R\$ milhões

	Jun/1999	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2000
I. DÍVIDA MOBILIÁRIA	85.301,5	87.964,3	94.067,4	95.451,5	95.121,5	95.855,8	89.184,6	89.551,4	89.075,7	89.622,9	96.042,8	97.256,8	94.500,9
I.1. BÔNUS DE RENEGOCIAÇÃO	65.257,7	65.984,3	70.597,9	70.776,0	66.228,2	65.200,7	60.665,6	59.371,9	58.255,1	56.380,1	61.040,0	61.681,6	59.296,0
Brazil Investment Bond (BIB)	1.539,7	1.556,9	1.667,1	1.615,0	1.640,8	1.615,3	1.503,0	1.505,9	1.477,5	1.407,7	1.455,5	1.455,1	1.434,0
Interest Due and Unpaid (IDU)	4.386,3	4.435,1	4.749,2	4.765,0	4.841,1	4.766,0	4.434,6	2.978,6	2.922,5	2.887,5	2.985,7	3.018,5	1.487,3
Par Bond (PB)	7.398,8	7.481,2	7.986,5	8.013,2	7.556,8	7.439,6	6.922,2	6.974,1	6.842,9	6.365,8	6.544,4	6.602,2	6.506,1
Discount Bond (DB)	9.571,3	9.677,9	10.363,2	10.397,9	7.708,9	7.589,3	7.061,5	7.114,4	6.980,6	6.556,2	6.779,1	6.853,7	6.753,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond (FLIRB)	3.074,9	3.109,1	3.329,3	3.340,4	3.393,7	3.341,1	3.108,2	3.132,0	3.073,1	2.887,8	2.985,9	3.018,8	2.974,9
Front-Loaded Interest Reduction Bond with Capitalization (C-Bond)	12.929,9	13.073,9	13.999,7	14.046,5	12.994,9	12.793,3	11.903,1	11.741,2	11.520,4	11.625,6	14.801,9	14.964,9	14.747,0
Debt Conversion Bond (DCB)	15.022,9	15.190,2	16.231,3	16.285,6	15.668,4	15.425,3	14.352,7	14.460,2	14.188,2	13.960,5	14.435,1	14.594,1	14.381,6
New Money Bond (NMB)	3.962,0	4.006,1	4.289,8	4.304,1	4.372,9	4.305,0	4.005,7	4.035,7	3.959,8	3.912,3	4.045,3	4.089,9	4.030,3
Eligible Interest (EI)	7.371,8	7.453,9	7.981,7	8.008,4	8.050,6	7.925,7	7.374,6	7.429,8	7.290,1	6.776,7	7.007,1	7.084,2	6.981,1
I.2. BÔNUS CAPTAÇÃO	20.043,8	21.980,0	23.469,5	24.675,5	28.893,3	30.655,1	28.519,0	30.179,6	30.820,7	33.242,8	35.002,8	35.575,3	35.204,9
Samurai Bond	437,6	467,7	523,4	541,0	561,8	565,5	522,7	502,4	480,5	509,8	500,3	507,7	508,7
Global Bond	1.327,1	1.341,9	1.436,9	1.441,7	1.464,8	1.442,0	1.341,8	1.351,8	1.326,4	1.310,5	1.355,0	1.370,0	1.350,0
Deutch Mark Bond 2007 (DM Bond 2007)	937,0	979,3	1.034,5	1.049,8	1.053,0	991,5	922,0	894,1	872,0	868,6	898,1	908,0	894,8
Parallel Franco	279,4	292,0	308,5	313,0	314,0	295,6	274,9	266,6	260,0	254,6	251,1	261,0	261,5
Parallel Florim	332,6	347,6	367,3	372,7	373,8	352,0	327,3	317,4	309,6	303,1	299,0	310,8	311,4
Parallel Xelim	266,4	278,4	294,1	298,4	299,4	281,9	262,1	254,2	247,9	246,5	254,9	257,7	253,9
Global Bond 2027	6.193,3	6.262,2	6.705,7	6.728,1	6.835,5	6.729,5	6.261,5	6.308,4	6.189,8	6.115,6	6.323,5	6.393,1	6.300,0
Eurolira Bond	709,9	741,9	783,7	795,3	797,8	751,1	698,5	677,4	660,5	658,0	680,4	677,8	677,8
Eurosterling Bond 2007	419,3	435,8	461,5	475,7	482,7	461,8	434,0	437,3	419,3	418,1	421,3	412,0	410,2
Euro Bond 2003	918,1	959,5	1.013,6	1.028,6	1.031,8	971,5	903,4	876,1	854,5	836,8	825,4	857,8	859,5
Global 2008	702,8	734,4	775,9	787,3	789,8	743,6	691,5	670,6	654,0	651,4	673,6	681,0	671,1
DM 2008	2.211,9	2.236,5	2.394,9	2.402,9	2.441,3	2.403,4	2.236,3	2.253,0	2.210,6	2.184,1	2.258,4	2.283,3	2.250,0
Global 2004	5.308,5	5.367,6	5.747,7	5.766,9	5.859,0	5.768,1	5.367,0	5.407,2	5.305,5	5.241,9	5.420,1	5.479,8	5.400,0
Euro Bond 2002	-	1.535,2	1.621,8	1.645,7	1.650,9	1.554,5	1.445,5	1.401,8	1.367,1	1.338,8	1.320,7	1.372,5	1.375,2
Euro Bond 2004	-	-	-	1.028,6	1.031,8	971,5	903,4	876,1	854,4	836,8	825,4	857,8	859,5
Global Bond 2009	-	-	-	-	3.906,0	3.845,4	3.578,0	3.604,8	3.537,0	3.494,6	3.613,4	3.653,2	3.600,0
Euro Bond 2006	-	-	-	-	-	1.360,2	1.264,8	1.226,6	1.196,2	1.171,5	1.155,6	1.201,0	1.203,3
Euro Bond 2001	-	-	-	-	-	1.165,9	1.084,1	1.051,4	1.025,3	1.004,1	990,5	1.029,4	1.031,4
Global 2020	-	-	-	-	-	-	-	1.802,4	1.768,5	1.747,3	1.806,7	1.826,6	1.800,0
Euro Bond 2010	-	-	-	-	-	-	-	-	1.281,7	1.255,1	1.238,2	1.286,8	1.289,2
Global 2030	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.795,7	2.890,7	2.922,6	2.880,0
Samurai 2003	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.000,5	1.015,5	1.017,5
II. TÍTULOS DEPOSITADOS EM GARANTIA	(5.684,5)	(5.564,7)	(5.904,4)	(5.979,2)	(6.044,1)	(5.914,8)	(4.495,7)	(4.535,8)	(4.694,6)	(4.837,1)	(4.515,6)	(4.506,1)	(4.504,1)
III. DÍVIDA CONTRATUAL	31.564,3	32.413,8	34.450,9	34.763,4	34.850,0	36.153,3	32.903,6	33.277,2	32.227,1	32.751,3	34.724,2	35.073,3	35.290,8
IV. DISPONIB. DE FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES	(507,2)	(518,8)	(501,4)	(488,4)	(500,2)	(504,7)	(752,3)	(732,5)	(721,4)	(741,3)	(742,3)	(758,5)	(866,4)
V. TOTAL (I+II+III+IV)	110.674,1	114.294,4	122.112,4	123.747,2	123.427,2	125.589,7	116.840,1	117.560,3	115.886,8	116.795,8	125.509,1	127.065,5	124.421,2
DÍVIDA EXTERNA TOTAL/PIB	11,9%	12,2%	12,9%	12,9%	12,7%	12,6%	11,5%	11,4%	11,1%	11,1%	11,7%	11,7%	11,3%

Obs: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A7 - DÍVIDA PÚBLICA MOBILIÁRIA FEDERAL

R\$ milhões

	Jun/1999	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2000
DIVIDA MOBILIARIA TOTAL	419.447,3	422.700,4	432.061,7	443.868,2	458.463,4	465.702,3	452.408,4	456.893,7	462.382,3	474.563,8	477.764,8	480.548,7	492.767,4
I. Dívida com Mercado	284.027,0	286.734,0	295.508,1	305.678,0	322.076,8	326.430,1	346.778,7	354.562,3	359.688,8	367.119,8	373.303,2	385.053,5	390.144,3
LTN	25.806,0	26.984,0	33.976,2	37.047,6	47.659,4	46.773,1	39.716,6	42.790,2	47.244,2	56.743,3	64.721,0	61.290,2	65.432,2
LFT	130.505,7	130.254,4	128.530,5	134.563,9	143.847,0	149.693,7	151.128,1	161.715,9	175.934,2	189.781,6	186.330,2	194.760,1	206.642,7
LFT-A	4.340,7	4.388,3	4.801,2	4.209,9	4.244,1	3.885,7	17.485,9	17.641,6	17.775,1	17.934,2	18.065,9	18.295,2	18.506,7
LFT-B	18.328,8	20.143,5	20.216,1	20.344,8	20.137,9	20.146,7	27.213,9	27.314,0	27.658,7	26.030,5	25.842,0	36.981,7	35.967,3
LFT-E	1.000,8	1.017,4	1.078,8	1.083,8	1.098,8	1.114,0	1.272,1	1.290,6	1.309,4	1.328,3	1.345,5	1.365,6	1.384,7
NTN-A	7.298,2	7.414,1	7.976,8	8.040,2	7.981,1	7.893,4	7.379,4	7.478,0	7.370,0	7.315,2	7.390,7	7.525,4	7.451,3
NTN-C	-	-	-	-	-	-	830,6	850,5	1.720,4	2.603,2	4.301,3	4.406,6	4.335,6
NTN-D	28.921,9	27.726,1	29.158,1	29.362,1	30.143,9	29.775,8	27.346,1	27.706,4	27.027,4	25.790,4	25.398,6	24.966,6	23.811,2
NTN-I	1.298,6	1.383,1	1.470,5	1.439,9	1.540,7	1.552,9	1.292,8	1.264,3	1.230,0	1.246,5	1.362,8	1.288,9	1.302,3
NTN-P	9.852,4	9.933,5	10.048,9	10.128,1	10.202,0	10.270,2	10.351,0	10.425,6	10.501,7	10.576,6	10.643,4	10.720,8	10.690,1
NTN-S	50.099,1	50.930,2	51.729,0	52.498,3	48.556,7	48.623,6	48.160,2	41.407,2	28.694,4	14.610,9	14.821,1	8.847,4	-
CFT-D	2.097,6	2.131,4	2.293,7	2.312,3	2.293,1	2.268,3	2.276,1	2.304,5	730,0	760,5	768,6	2.088,1	2.024,5
Demais	4.477,1	4.428,1	4.228,4	4.647,2	4.372,0	4.432,6	12.326,0	12.373,6	12.493,2	12.398,7	12.312,0	12.516,6	12.595,7
II. Dívida com BACEN	71.275,3	70.915,2	70.872,9	71.928,9	69.611,4	71.979,7	53.875,5	50.149,3	57.082,9	61.460,0	57.956,0	95.495,3	102.623,1
LTN	232,3	236,5	240,7	100,0	-	1.268,4	9.565,2	5.661,8	5.448,1	4.514,2	3.075,3	27.859,9	27.400,9
LFT	34.570,3	34.033,8	33.494,1	33.993,5	31.676,7	32.117,2	35.262,1	35.353,5	35.438,3	41.035,9	38.698,2	9.601,5	16.902,2
LFT-A	34.318,6	34.464,6	34.805,4	35.755,0	36.041,1	36.721,7	7.303,4	7.366,2	14.455,1	14.573,2	14.449,3	56.269,8	56.689,1
NTN-A	1.913,2	1.934,5	2.081,9	1.824,8	1.889,9	1.868,6	1.740,9	1.763,9	1.737,4	1.332,7	1.729,3	1.760,1	1.626,8
Demais	240,9	245,8	250,8	255,6	3,8	3,8	3,9	3,9	3,9	3,9	4,0	4,0	4,0
III. Títulos em Tesouraria	64.145,0	65.051,2	65.680,6	66.261,3	66.775,2	67.292,4	51.754,2	52.182,1	45.610,6	45.984,0	46.505,6	-	-
Dívida Mercado/PIB	30,5%	30,5%	31,1%	31,8%	33,0%	32,9%	34,3%	34,5%	34,4%	34,7%	34,9%	35,5%	35,4%

Obs: Dados sujeitos a alteração.



TABELA A8 - DÍVIDA LÍQUIDA DOS FUNDOS, AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES

R\$ milhões

	Jun/1999	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun/2000
I. INTERNA	-58.436,3	-60.252,8	-60.796,4	-62.670,6	-64.308,6	-64.877,0	-65.144,5	-66.914,1	-67.377,3	-67.119,3	-67.024,8	-69.640,0	-70.723,1
Dívida contratual	273,7	273,6	273,4	273,3	273,1	272,9	343,8	347,4	630,6	626,5	615,3	625,2	627,9
FAT	-41.638,5	-43.342,1	-43.676,2	-43.721,8	-45.003,0	-45.520,8	-45.486,7	-46.928,6	-47.449,7	-47.219,6	-47.039,5	-49.000,8	-49.547,5
Aplicações financeiras	-2.420,4	-2.379,4	-2.333,2	-2.085,9	-2.113,3	-2.074,5	-1.808,6	-1.902,9	-1.996,7	-2.034,2	-2.271,0	-2.322,5	-2.603,7
Fundos Regionais	-9.912,9	-10.057,6	-10.235,9	-10.420,1	-10.572,8	-10.770,0	-10.982,1	-11.258,7	-11.476,5	-11.504,5	-11.490,3	-12.088,3	-12.107,9
Demais	-4.738,1	-4.747,3	-4.824,6	-6.716,1	-6.892,6	-6.784,6	-7.211,0	-7.171,3	-7.085,0	-6.987,6	-6.839,4	-6.853,6	-7.091,9
II. EXTERNA	-507,2	-518,8	-501,4	-488,4	-500,2	-504,7	-752,3	-732,5	-721,4	-741,3	-742,3	-758,5	-866,4
Disponibilidades	-507,2	-518,8	-501,4	-488,4	-500,2	-504,7	-752,3	-732,5	-721,4	-741,3	-742,3	-758,5	-866,4
III. DÍVIDA LÍQUIDA (I+II)	-58.943,5	-60.771,6	-61.297,9	-63.159,0	-64.808,8	-65.381,6	-65.896,8	-67.646,7	-68.098,7	-67.860,7	-67.767,1	-70.398,5	-71.589,6
DÍVIDA LÍQUIDA/PIB	-6,3%	-6,5%	-6,5%	-6,6%	-6,6%	-6,6%	-6,5%	-6,6%	-6,5%	-6,4%	-6,3%	-6,5%	-6,5%

(-) Haver (+) Obrigação

Obs: Dados sujeitos a alteração.

COMENTÁRIOS

Os repasses aos Fundos de Participação, em junho/2000, foram 18,9% menores que os valores distribuídos no mês de maio/2000. O decréscimo ocorreu por conta da restituição do 1º lote do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF, no valor de R\$ 800,0 milhões, e da menor arrecadação do IR (-26,8%) classificada no período de 21 de maio a 20 de junho, quando comparada à ocorrida no período de 21 de abril a 20 de maio (períodos-base de cálculo dos fundos de participação).

Em relação ao mesmo mês de 1999, o FPM e o FPE apresentaram, respectivamente, acréscimo nominal de 25,6% e 35,2%.

Os valores distribuídos nos meses de janeiro a junho/2000 foram, em termos nominais, 6,5% maiores para o FPM e 14,7% para o FPE, comparando-se com o montante transferido no mesmo período de 1999.

Em junho as transferências por conta do IPI apresentaram um acréscimo nominal de 7,1% em relação aos valores transferidos no mês de maio/2000. Relativamente a junho/99, observou-se um aumento nominal de 17,0%. Os valores repassados de janeiro a junho de 2000, em relação ao mesmo período de 1999, apresentaram um crescimento nominal de 7,4%.

DISTRIBUIÇÃO DO FPM/FPE

ANO	FPM * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/00 MAI/00	JUN/00 JUN/99	JAN - JUN/00 JAN - JUN/99
1999	856,5	1.299,5	7.236,7	-	-	-
2000	1.076,5	1.327,1	7.707,6	- 18,9%	+25,6%	+ 6,5%

ANO	FPE * (R\$ Milhões)			VARIÇÃO NOMINAL(%)		
	JUN	MAI	JAN A JUN	JUN/00 MAI/00	JUN/00 JUN/99	JAN - JUN/00 JAN - JUN/99
1999	760,8	1.138,9	6.371,2	-	-	-
2000	1.028,6	1.268,1	7.311,3	- 18,9%	+35,2%	+ 14,7%

(*) Não excluídos 15% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério-FUNDEF

PREVISTO X REALIZADO

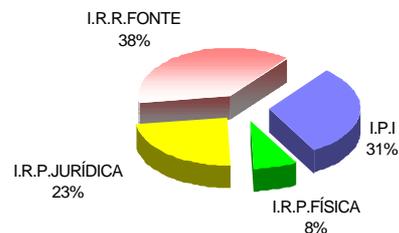
De acordo com a Portaria STN 511/99, de 20.12.99 (DOU de 22.12.99) os créditos no mês de **junho** foram efetuados nas seguintes datas: **09/06, 20/06 e 30/06**. O quadro abaixo mostra a variação estimada dos fundos, divulgada pela STN, e o percentual efetivamente realizado.

Mês	FPE		FPM		IPI-EXP	
	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.	ESTIM.	REAL.
JUN	- 19,5 %	- 18,9 %	- 19,5 %	- 18,9 %	+ 15,5 %	+ 7,1 %

COMPOSIÇÃO DOS FUNDOS

Em junho os percentuais de composição, por tributo, foram os seguintes:

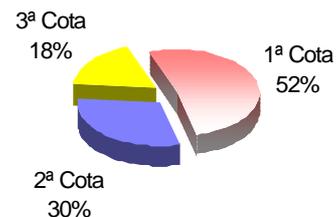
BASE DE CÁLCULO DO FPM/FPE/FNO/FNE/FCO



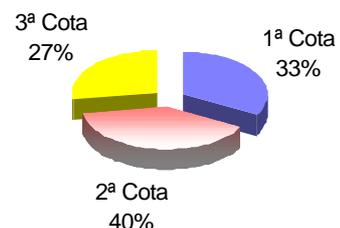
DISTRIBUIÇÃO NOS DECÊNDIOS

Os percentuais de cada cota decencial, em relação ao total do mês, estão representados nos gráficos abaixo:

FPE/FPM/FNE/FNO/FCO



IPI-EXP



DEMONSTRAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO

Os valores distribuídos para cada Fundo foram originários de parcela da arrecadação do IPI e do IR no período de 21 de maio a 20 de junho conforme demonstrativo abaixo: **R\$ Milhões**

Período de Arrecadação	Arrecadação líquida (Competência) Realizada			Arrecadação de Receita Classificada	Base de Cálculo IPI+IR	Transferências Constitucionais			
	IPI	IR	IPI+IR			Valores Distribuídos			
						FPE (1)	FPM (1) (2)	IPI-EXP (1)	FUNDEF(3)
3º Dec./Mai.	483,6	1.995,9	2.479,5						
JUN/2000	1.466,6	3.293,0	4.759,6	JUN/2000	4.784,4	874,4	915,0	124,9	337,8
1º Dec./Jun.	587,4	856,0	1.443,5	3º Dec./Mai.	2.479,5	453,1	474,2	41,1	170,9
2º Dec./Jun.	398,9	462,6	861,5	1º Dec./Jun.	1.443,5	263,8	276,1	49,9	104,1
3º Dec./Jun.	480,3	1.974,4	2.454,7	2º Dec./Jun.	861,5	157,4	164,8	33,9	62,8

Obs.: Arrecadação Líquida = Arrecadação Bruta - Restituições - Incentivos Fiscais. Na arrecadação estão computadas as receitas provenientes dos acréscimos legais (juros, multas e receitas de dívida ativa). (1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Conforme decisão judicial, desde maio/99 o município de Recife (PE) não vem participando do FUNDEF, assim como os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires (desde o 3º decêndio de agosto/99), Irapuru e Adamantina (a partir do 1º decêndio de dezembro/99) e Santo Anastácio (a partir do 1º decêndio de janeiro/2000), Lucianópolis e Ilha Solteira (a partir do segundo decêndio de abril/2000) e o município gaúcho de Campina das Missões (a partir do segundo decêndio de abril/2000). (3) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP. Na arrecadação estão incluídos todos os acréscimos legais (multas, juros e receita de dívida ativa).

DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS (R\$ mil)

UF	FPM (1)	FPE (1)	IPIEXP (1)	FUNDEF UNIÃO (2)
AC	5.026,07	29.911,56	3,07	6.166,01
AL	21.719,90	36.373,90	104,24	10.270,24
AM	12.164,91	24.397,90	1.538,65	7.206,83
AP	3.278,76	29.832,87	32,83	5.865,64
BA	82.966,33	82.155,81	6.921,54	32.192,32
CE	46.548,68	64.150,29	1.190,79	19.745,24
DF	2.221,27	6.034,77	3,53	1.457,57
ES	16.489,03	13.115,27	5.603,89	8.460,35
GO	34.032,15	24.858,69	778,46	10.529,87
MA	36.948,22	63.112,44	1.814,06	18.854,55
MG	119.196,84	38.947,99	19.653,04	37.927,75
MS	13.920,72	11.646,36	483,46	4.662,76
MT	17.721,97	20.179,16	949,50	8.357,29
PA	33.203,20	53.440,36	6.423,97	17.988,96
PB	29.542,01	41.871,82	297,80	12.654,98
PE (3)	47.242,14	60.332,00	892,85	17.998,73
PI	22.669,27	37.784,22	148,46	10.772,46
PR	62.325,22	25.209,30	12.064,91	23.170,11
RJ	27.720,63	13.357,47	6.967,67	8.478,66
RN	22.661,51	36.529,53	224,91	10.485,16
RO	8.258,35	24.618,24	111,41	5.821,41
RR	4.356,35	21.690,04	5,42	4.597,38
RS	62.045,02	20.589,23	21.266,21	22.934,28
SC	35.723,47	11.189,95	12.346,36	12.138,29
SE	13.200,04	36.331,93	99,92	8.758,56
SP (4)	121.298,29	8.743,51	24.987,52	40.805,66
TO	13.925,49	37.946,85	23,12	9.158,01
TOTAL	916.405,82	874.351,46	124.937,60	377.459,06

(1) Deduzidos 15% para o FUNDEF. (2) Inclui recursos do FPM/FPE/IPI-EXP./LC87/96 e Complementação da União. (3) O município de Recife não vem participando do FUNDEF, desde maio/99, conforme decisão judicial. (4) Pelo mesmo motivo, os municípios paulistas de Diadema e Ribeirão Pires, a partir do 3º decêndio de agosto, Irapuru e Adamantina, a partir do 1º decêndio de dezembro/99 e Santo Anastácio, desde o 1º decêndio de janeiro/2000, e desde o 2º decêndio de abril/2000 Lucianópolis e Ilha Solteira (SP) e Campina das Missões (RS) também deixaram de participar do FUNDEF.

ESTIMATIVA TRIMESTRAL

As previsões embutem margem de erro, face às possíveis variações decorrentes do comportamento da arrecadação.

A expectativa de variação das Transferências Constitucionais para os próximos três meses é a seguinte:

Fundo	JUL/JUN	AGO/JUL	SET/AGO
FPM	- 10,4%	+ 16,0%	+ 3,4%
FPE	- 10,4%	+ 16,0%	+ 3,4%
IPI-EXP	- 0,2%	+ 0,9%	+ 5,4%

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações.

ESTIMATIVA ANUAL

A estimativa de variação nominal das Transferências Constitucionais abaixo relacionadas, em relação a 1999, é a seguinte:

Fundo	2000/1999
FPM	+ 6,0 %
FPE	+ 10,0 %
IPI-EXP	+ 10,0 %

OBS.: Previsão de acordo com os dados fornecidos pela SRF, sujeita a alterações. Não inclui dedução para o FUNDEF (15%).

DATAS DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao que determina o Art. 6º da Lei Complementar 62, de 28/12/89, os valores das Transferências Constitucionais distribuídos por Estado e Município foram publicados no Diário Oficial da União, Seção I, nas seguintes datas:

Mês	Data	Mês	Data
Set/1999	25/10/99	Jan/2000	29/02/00
Out/1999	29/11/99	Fev/2000	29/03/00
Nov/1999	23/12/99	Mar/2000	28/04/00
Dez/1999	28/01/00	Abr/2000	30/05/00
Jan a Dez/99	28/01/00	Mai/2000	23/06/00

Coordenação-Geral de Programação Financeira - **COFIN**
Gerência de Negociação e Programação das Liberações - **GENEP**

Fone: (061) 412.3122/3123/3124 Fax: (061) 412.3126

COMPORTAMENTO NO MÊS

Os repasses para o FUNDEF no mês de junho apresentaram um decréscimo de 16,8% quando comparados aos do mês anterior. Contribuiu para o ocorrido, a diminuição nos repasses de recursos originários do ICMS (13,7%), dos Fundos de Participação (FPM/FPE), em cerca de 18,9%, e o fato da Complementação da União do mês de junho ter sido creditado aos beneficiários somente no início do mês de julho.

Origens	Maio	Partic.	Junho	Partic.	Jun/ Mai
FPM	197.223,0	12,8%	160.087,1	12,5%	-18,9%
FPE	190.224,6	12,4%	154.297,3	12,1%	-18,9%
IPI-EXP	20.584,8	1,3%	22.047,8	1,7%	7,1%
LC 87/96	43.764,1	2,8%	41.026,8	3,2%	-6,3%
Compl. União	40.528,3	2,6%	0,0	0,0%	
ICMS	1.043.766,4	67,9%	900.510,4	70,5%	-13,7%
Total	1.536.091,2	100%	1.277.969,5	100%	-16,8%

É importante observar que as variações acima são globais, por origem, e têm composição diferenciada em cada Estado.

PREVISÃO PARA O BIMESTRE

As estimativas estão sujeitas uma margem de erro, dependendo do comportamento da arrecadação das diversas receitas que compõem o FUNDEF.

A expectativa de variação global do FUNDEF, por UF, para o próximo bimestre é a seguinte:

UF	Jul/Jun	Ago/Jul	UF	Jul/Jun	Ago/Jul
AC	-7%	14%	PB	-3%	13%
AL	-3%	14%	PR	-3%	1%
AP	-7%	18%	PE	-2%	11%
AM	0%	3%	PI	31%	-6%
BA	48%	-13%	RJ	-1%	16%
CE	7%	9%	RN	-7%	11%
DF	-9%	14%	RS	2%	2%
ES	14%	11%	RO	-2%	6%
GO	0%	8%	RR	-9%	12%
MA	122%	-24%	SC	-3%	4%
MT	-2%	8%	SP	1%	4%
MS	-4%	7%	SE	-5%	11%
MG	-1%	7%	TO	-6%	14%
PA	59%	-10%			

PORTARIA DA REESTIMATIVA DA COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO PARA 2000

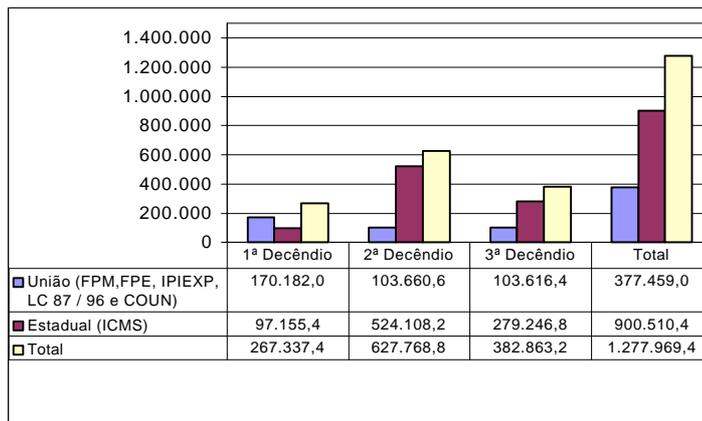
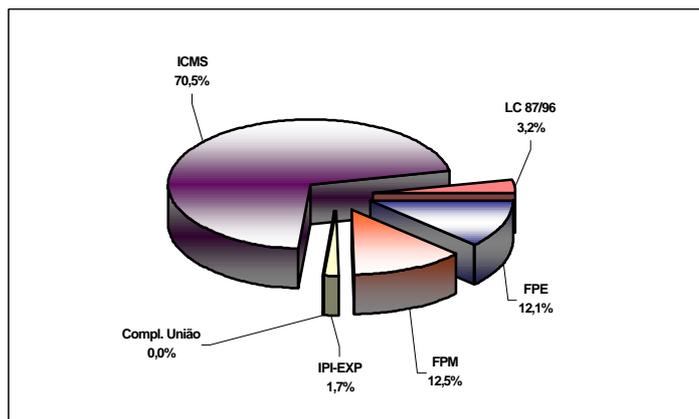
Portaria MF nº 193, de 28.06.2000, publicada no D.O.U. de 29.06.2000, que estabelece a reestimativa dos repasses da complementação da União para o ano de 2000 dos recursos do FUNDEF.

ESTADO	ALAGOAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHAO	PARÁ	PARAÍBA	PERNAMBUCO	PIAUÍ	TOTAL
JANEIRO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
FEVEREIRO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
MARÇO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
ABRIL	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
MAIO	715.493	15.283.978	3.002.062	10.343.233	7.900.198	584.527	299.811	2.398.961	40.528.263
JUNHO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
JULHO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
AGOSTO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
SETEMBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
OUTUBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
NOVEMBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
DEZEMBRO	194.655	17.779.323	1.768.049	15.892.180	9.249.925	299.264	0	2.873.065	48.056.461
TOTAL	4.940.050	200.875.151	27.386.653	162.961.425	104.250.465	5.017.483	1.499.055	32.106.260	539.036.542

FUNDEF BRASIL POR ORIGEM

FUNDEF BRASIL POR DECÊNDIO

Os gráficos abaixo demonstram os valores do FUNDEF TOTAL, por origem, e a sua distribuição nos decêndios.



DISTRIBUIÇÃO DO FUNDEF POR ESTADO — JUNHO/2000 (EM R\$)

Estados	Matrículas (1)	Origens						FUNDEF Total (3)	Média(em reais) por aluno	
		FPE	FPM	IPI-EXP	Compl. União	LC 87/96	ICMS		No mês	Até o mês
AC	137.570	5.278,5	887,0	0,5	0,0	0,0	1.103,4	7.269,4	52,8	374,0
AL	643.567	6.418,9	3.832,9	18,4	0,0	0,0	6.735,5	17.005,7	26,4	178,9
AM	617.107	4.305,5	2.146,7	271,5	0,0	483,0	18.271,3	25.478,1	41,3	237,1
AP	120.297	5.264,6	578,6	5,8	0,0	16,6	1.539,0	7.404,7	61,6	402,9
BA	3.503.749	14.498,1	14.641,1	1.221,4	0,0	1.831,7	43.025,4	75.217,7	21,5	160,7
CE	1.660.368	11.320,6	8.214,5	210,1	0,0	0,0	24.021,8	43.767,0	26,4	172,0
DF(2)	343.445	1.065,0	392,0	0,6	0,0	0,0	0,0	1.457,6	4,2	30,2
ES	545.735	2.314,5	2.909,8	988,9	0,0	2.247,1	16.618,3	25.078,7	46,0	295,7
GO	1.056.956	4.386,8	6.005,7	137,4	0,0	0,0	26.617,4	37.147,2	35,1	215,1
MA	1.547.356	11.137,5	6.520,3	320,1	0,0	876,7	4.185,0	23.039,5	14,9	142,4
MG	3.577.550	6.873,2	21.034,7	3.468,2	0,0	6.551,7	91.005,9	128.933,7	36,0	221,3
MS	420.663	2.055,2	2.456,6	85,3	0,0	65,6	11.850,2	16.512,9	39,3	258,9
MT	567.411	3.561,0	3.127,4	167,6	0,0	1.501,3	16.389,5	24.746,8	43,6	262,9
PA	1.554.720	9.430,7	5.859,4	1.133,6	0,0	1.565,3	11.792,0	29.780,9	19,2	158,3
PB	816.403	7.389,1	5.213,3	52,6	0,0	0,0	9.544,9	22.199,8	27,2	175,2
PE	1.598.529	10.646,8	7.194,3	157,6	0,0	0,0	21.930,4	39.929,1	25,0	171,1
PI	720.541	6.667,8	4.000,4	26,2	0,0	78,0	5.085,9	15.858,4	22,0	165,1
PR	1.611.079	4.448,7	10.998,6	2.129,1	0,0	5.593,8	51.760,0	74.930,1	46,5	281,9
RJ	1.987.687	2.357,2	4.891,9	1.229,6	0,0	0,0	96.179,3	104.658,0	52,7	321,8
RN	591.812	6.446,4	3.999,1	39,7	0,0	0,0	8.704,0	19.189,2	32,4	219,2
RO	296.379	4.344,4	1.457,4	19,7	0,0	0,0	6.906,1	12.727,6	42,9	249,9
RR	78.211	3.827,7	768,8	1,0	0,0	0,0	1.283,1	5.880,5	75,2	513,8
RS	1.607.518	3.633,4	10.933,3	3.752,9	0,0	4.614,7	57.779,4	80.713,7	50,2	343,7
SC	905.771	1.974,7	6.304,1	2.178,8	0,0	1.680,7	42.544,0	54.682,3	60,4	309,7
SE	398.230	6.411,5	2.329,4	17,6	0,0	0,0	4.716,0	13.474,6	33,8	244,5
SP	5.589.263	1.543,0	20.932,5	4.409,6	0,0	13.920,6	317.914,0	358.719,6	64,2	415,3
TO	346.765	6.696,5	2.457,4	4,1	0,0	0,0	3.008,7	12.166,7	35,1	240,6
Total	32.844.682	154.297,3	160.087,1	22.047,8	0,0	41.026,8	900.510,4	1.277.969,5	38,9	253,7

Fonte: SIAFI - (1) Número de matrículas, conforme Portaria MEC nº 13, de 05.01.2000 (DOU de 10.01.2000), retificada pela Portaria MEC nº 127, de 15.02.2000 (DOU de 16.02.2000). (2) Não há informação de distribuição da parcela do ICMS neste mês. (3) Valores de Estados e Municípios.

Obs: Total do estado x coeficiente individual de participação divulgado pelo MEC = valor da cota de cada beneficiário.